

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC  
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA, CONTÁBEIS E  
SECRETARIADO  
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

SILVIO JOSE MAGALHAES BARRETO

CRESCIMENTO X DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: UM ESTUDO  
COMPARATIVO ENTRE O PERÍODO DO MILAGRE ECONÔMICO E O GOVERNO  
LULA

FORTALEZA

2012

SILVIO JOSE MAGALHAES BARRETO

CRESCIMENTO X DESENVOLVIMENTO ECONOMICO: UM ESTUDO  
COMPARATIVO ENTRE O PERIODO DO MILAGRE ECONOMICO E O GOVERNO  
LULA

Monografia apresentada como requisito  
para obtenção do título de Bacharel do  
Curso de Ciências Econômicas da  
Universidade Federal do Ceará

Orientador: Prof. Dr. Carlos Manta

FORTALEZA

2012

SILVIO JOSE MAGALHAES BARRETO

CRESCIMENTO X DESENVOLVIMENTO ECONOMICO: UM ESTUDO  
COMPARATIVO ENTRE O PERIODO DO MILAGRE ECONOMICO E O GOVERNO  
LULA

Esta monografia foi submetida à Coordenação do Curso de Ciências Econômicas, como parte dos requisitos necessários à obtenção do Título de Bacharel em Ciências Econômicas, outorgado pela Universidade Federal do Ceará – UFC e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca da referida Universidade.

A Citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que feita de acordo com as normas de ética científica.

Data de aprovação \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

---

Prof. Ms.Carlos Manta Pinto de Araújo

---

Nota

---

Prof. Ms.Laudemiro Rabelo de Souza e Moraes

---

Nota

---

Prof.Ms Francisco Laércio Pereira Braga

---

Nota

## **AGRADECIMENTOS**

A DEUS, por ter me dado a vida e sempre ter me dado condições, fé e perseverança para alcançar meus objetivos.

Aos meus pais, Silvio Barreto e Suzane Magalhães, que me ensinaram a não temer os desafios e a superar os obstáculos com garra, determinação e humildade.

Aos meus irmãos, Lucas e Rebeca, e a Tamyres pelo carinho e apoio em tudo.

Ao professor Carlos Manta pela sua extrema dedicação na realização deste trabalho, sem a qual, talvez eu não o tivesse concretizado.

Aos professores Laudemiro Rabelo de Souza e Moraes e Francisco Laércio Pereira Braga, por fazerem parte da banca examinadora.

Ao funcionário do Departamento de Teoria Econômica – Antonio Fernando da Silva Viana pelo seu apoio na torcida por um trabalho bem sucedido.

A todos os professores do Curso de Economia e Administração da UFC por terem contribuído de forma significativa para a minha formação.

E aos demais que, de alguma forma, contribuíram na elaboração desta monografia.

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

PIB	Produto Interno Bruto
PNB	Produto Nacional Bruto
PAEG	Programa de Ação Econômica do Governo
ALN	Aliança Libertadora Nacional
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária
VAR	Vanguarda Armada Revolucionária
PT	Partido dos trabalhadores
FHC	Fernando Henrique Cardoso
BC	Banco Central
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia
FMI	Fundo Monetário Internacional
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

## **RESUMO**

Este trabalho resultou de uma análise dos indicadores sócioeconômicos dos governos Lula e dos indicadores do governo Médici denominado por Milagre Econômico, sob a ótica dos conceitos de crescimento e desenvolvimento, avaliando se o crescimento proporcionado por estes períodos realmente conferiu benefícios à população brasileira. Os dados foram coletados dos sites do IBGE, do IPEA e de trabalhos bibliográficos relacionados ao tema. O trabalho traz inicialmente os conceitos de crescimento e desenvolvimento econômico e as contraposições e ligações entre esses conceitos, trazendo opinião de autores com diferentes pontos de vista. Fica evidente no que tange às opiniões dos autores, que crescimento e desenvolvimento econômico são conceitos distintos e nem sempre interligados, em especial na história econômica brasileira. Nesse trabalho serão expostos os tipos de políticas econômicas e sociais adotadas por estes governos de forma que se possa ter uma visão ampla e contextualizada dos dados coletados. A conclusão será baseada nos dados e também na opinião dos autores que compartilham dos mesmos questionamentos apresentados nesse trabalho.

**PALAVRAS – CHAVES:** Crescimento econômico, Desenvolvimento econômico, Indicadores Sociais

## **ABSTRACT**

This paper will review the indicators of Lula and the Economic Miracle, from the perspective of the concepts of growth and development, evaluating whether the growth provided by these periods actually gave benefits to the Brazilian population. Data were collected from sites IBGE, IPEA, and bibliographic work related to the topic. The first paper presents the concepts of economic growth and development and the contrasts and connections between these concepts, bringing the opinion of authors with different points of view. It is evident with respect to the opinions of the authors, that economic growth and development concepts are distinct and not always linked, especially in Brazilian economic history. In this paper we will show the types of economic and social policies adopted by these governments so that we can take a broad view of the data collected and contextualized. The conclusion is based on data and also in the opinion of the authors who share the same questions presented in this work.

**KEY-WORDS:** Economic Growth, Economic Development, Social Indicators

“ Nas grandes batalhas da vida, o primeiro passo para a vitória é o desejo de vencer.” ( Mahatma Gandhi)

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>CRESCIMENTO ECONÔMICO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO</b>	
2.1	Crescimento Econômico.....	17
2.2	Desenvolvimento Econômico.....	19
<b>3</b>	<b>CONTEXTO POLÍTICO E ECONÔMICO DOS PERÍODOS DO MILAGRE ECONÔMICO E DO GOVERNO LULA.....</b>	<b>23</b>
3.1	O Contexto Econômico do Milagre Econômico.....	23
3.1.1	Visão Geral no Período 1969 – 1973.....	25
3.1.2	O Plano Econômico.....	28
3.2	O Contexto Econômico do Governo Lula.....	31
3.2.1	Visão Geral.....	32
3.2.2	O Plano Econômico.....	34
<b>4</b>	<b>RESULTADOS.....</b>	<b>38</b>
4.1	Fontes dos Dados e Metodologia.....	38
4.2	Indicadores Sócio Econômicos do Milagre Econômico.....	39
4.3	Indicadores Sócio Econômicos do Governo Lula.....	47
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>57</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>59</b>

## 1 - INTRODUÇÃO

Em mais de 500 anos de história o Brasil viveu diversos momentos políticos, econômicos e sociais. Teve vários tipos de governos, vários planos econômicos e, com tantas conjunturas diferentes, a nação viveu também momentos de crise, de miséria, de riqueza e fartura, em uma dinâmica que impulsionou o país a chegar ao que é hoje, um país em desenvolvimento, com crescimento modesto, porém com as variáveis econômicas sob controle.

Esses percalços e alavancagens vividos pelo Brasil ao longo dos anos fortaleceu a economia e trouxe maturidade aos gestores, que passaram a conduzir com maior estabilidade e segurança as políticas econômicas, afugentando o fantasma da inflação e do desemprego desenfreado.

Obviamente que entre esses altos e baixos vividos pela economia, houve períodos de dificuldades, mas também houve momentos de grande euforia, em que a economia apresentou grande crescimento e os indicadores financeiros mostravam um cenário excelente, porém esse crescimento nem sempre era sentido pela população, muito pelo contrário, houve momentos em que picos de crescimento representavam maior desigualdade e exclusão social.

No final das contas é como se tivesse ocorrido uma melhoria “descompensada” na economia, pois havia crescimento e melhoria dos indicadores, o que era extremamente positivo, porém o país não se desenvolvia enquanto nação, não havia inclusão social e nem havia melhoria nas condições de vida da população.

Nesse contexto, esse trabalho traz a contraposição entre crescimento e desenvolvimento econômico dentro de dois períodos da economia brasileira. Esses dois conceitos, que deveriam sempre andar juntos, o que normalmente não ocorre, são bastante debatidos por vários autores de várias épocas diferentes e nem sempre eles chegam a um consenso em relação ao momento em que se passa a ter desenvolvimento em função de um crescimento econômico.

O que será defendido nesse trabalho é que nem sempre o crescimento econômico traz o desenvolvimento econômico, o que passa a ser algo danoso e de certa forma sem sentido, pois o objetivo maior de um país, ao buscar o crescimento econômico, deveria ser o de oferecer melhores condições de vida á sua população.

Para tanto serão analisados dois períodos distintos da economia brasileira e que ocasionalmente aparecem sendo comparados na mídia, que é o período do governo Médici nos anos 1969-1974, onde ocorreu o chamado Milagre Econômico e o governo Lula nos anos 2003-2010, governo este que trouxe a concretização do sonho da classe trabalhadora de colocar um legítimo representante no poder, mas que acabou frustrada em algumas das várias expectativas criadas ao longo da sua campanha como podemos citar na permanência do endividamento dos estados e na continuidade da má distribuição de renda.

Estes, sem sombra de dúvidas, são dois momentos bastante distintos da história, tanto pela conjuntura política quanto pela conjuntura econômico-social do Brasil e mundial.

O período do milagre econômico, tendo como ministro da economia Antonio Delfim Netto, como o próprio nome diz, traduz a era do crescimento rápido e expressivo, onde todos os números eram vultosos e a euforia expansionista tomou conta da economia, o que gerou imensas expectativas na população, que acabou não sentindo tão de perto os benefícios desse crescimento.

Já o governo Lula veio após a estabilização da economia trazida pelo Plano Real, representando o renascimento das esperanças do povo brasileiro de melhoria nas condições de vida, impulsionado por promessas de “três refeições mínimas por dia”, de pleno emprego e de melhoria geral nas condições de vida.

Conduzindo o governo de forma convencional e até bastante conservadora, o presidente Lula conseguiu manter um ritmo de crescimento de certa forma tímido e até aquém do que era esperado, porém trouxe melhorias nas condições de vida dos brasileiros e também nos indicadores de desenvolvimento sem ser ameaçado pelo dragão da inflação.

Esses dois períodos retratam momentos da economia brasileira que possuem em comum um único aspecto: a comoção das massas em torno da esperança por dias melhores.

O objetivo geral deste trabalho foi fazer um contraponto entre o milagre econômico e a era Lula, de forma que fosse possível identificar diferenças entre crescimento e desenvolvimento econômico na prática.

Como objetivos específicos enumeram-se comparar a evolução do PIB agregado e do PIB per capita no período 1967-1973 com o período 2003-2010, bem como comparar indicadores sociais entre os dois períodos históricos.

Neste trabalho serão apresentados os conceitos de crescimento e desenvolvimento econômico sob a ótica de vários autores, a contraposição e similaridade entre os conceitos e as peculiaridades de cada conceito, trazendo assim o referencial teórico.

Depois será explicada de forma mais detalhada a metodologia utilizada, para que fosse possível fazer a comparação desses dois períodos sob a ótica apresentada no referencial teórico, e através de pesquisa bibliográfica.

Em seguida serão apresentados os dois momentos da economia brasileira que são os objetos de estudo deste trabalho, fazendo a contextualização de cada um desses períodos, com ênfase nos planos econômicos.

A presente monografia está subdividida em capítulos sendo o primeiro introdução, o segundo capítulo trará o retrato sócio econômico dos períodos, podendo, pois ser analisado pela ótica do conceito de crescimento e também de desenvolvimento econômico, fazendo uma avaliação sobre variáveis que podem explicitar na prática os conceitos apresentados.

Na conclusão, serão apresentadas as considerações finais em relação ao tema e a posição do autor sobre as teorias apresentadas e os resultados levantados dos dois períodos.

## 2 - Crescimento Econômico e Desenvolvimento

Existe no meio acadêmico um debate em torno dos conceitos de crescimento e desenvolvimento que é bastante rico. Tem-se de um lado, autores como Souza (1995), de inspiração mais teórica, cujo crescimento é considerado como um sinônimo de desenvolvimento.

Já para uma segunda corrente, voltada para a realidade empírica, da qual fazem parte autores como Pinho e Vasconcelos (2003), o crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não condição suficiente.

De acordo com o que se pode entender desses autores, pode-se dizer que o crescimento econômico constitui um processo por meio do qual a renda per capita de uma determinada sociedade se eleva persistentemente, de forma que esta passa a ser uma forma de se obter desenvolvimento.

Neste contexto, segundo Pinho e Vasconcelos (2003), o crescimento econômico implica na elevação contínua do produto nacional em termos globais ou per capita ao longo do tempo, ou seja, indica a eficiência do sistema produtivo.

Em consonância com essa visão, afirma-se também que crescimento econômico traz as mudanças estruturais quantitativas, enquanto que as mudanças qualitativas remetem ao conceito de desenvolvimento econômico, uma vez que está comparando acumulação de riqueza (quantum) com uma melhoria nas condições de vida da população.

De acordo com Lemos (2008:24):

Durante muito tempo os conceitos de crescimento e de desenvolvimento econômico foram utilizados como se fossem sinônimos. No entanto, esta identidade não é verdadeira, e começamos a discussão conceitual deste trabalho tentando estabelecer as diferenças que existem entre os dois conceitos. Desenvolvimento é um conceito complexo que envolve uma grande quantidade de elementos para o seu entendimento. Uma das primeiras lições que se apreende em qualquer bom curso de Economia, para economistas ou não, é a distinção que deve haver entre os conceitos de crescimento e desenvolvimento.

Em acordo com a opinião de Sandroni (2002), pode-se afirmar que desenvolvimento econômico significa crescimento econômico acompanhado por melhorias do nível de vida da população e por alterações estruturais na economia. Para este autor, o desenvolvimento depende, ainda, das características de cada país ou região. Isto é, depende do seu passado histórico, da posição e extensão geográficas, das condições demográficas, da cultura e dos recursos naturais que possuem. Sobre a diferença entre desenvolvimento e crescimento econômico, Goodland apud (2007:24) estabelece que:

Crescimento econômico se refere a expansão da escala das dimensões físicas do sistema econômico, ou seja, o incremento da produção econômica. Desenvolvimento econômico significa o padrão das transformações econômicas, sociais, estruturais, através da melhoria qualitativa e do equilíbrio relativo ao meio ambiente.

De certa forma, pode-se afirmar que o desenvolvimento é diretamente ligado à cultura do povo, a forma como tratam os indivíduos da sociedade, a forma como se iniciou aquela civilização, que valores e costumes tem, entre outros fatores que são subjetivos.

Como exemplo pode-se citar a contradição brasileira estampada em jornais e revistas, trazendo um país rico, de riquezas naturais impares e com uma grande parte da população vivendo na miséria, sem condições mínimas de vida, fruto de uma sociedade corrompida, onde o interesse financeiro supera o desejo do bem estar social.

Segundo Rivero (2002:62):

Não é necessária uma investigação profunda para se dar conta do verdadeiro paradoxo no qual se inicia o século XXI: de um lado o crescimento econômico e as transformações tecnológicas sem precedentes, por outro, a dramática condição social de uma grande maioria de pessoas, além de problemas ambientais graves. Não obstante, disseminou-se pelo planeta inteiro a imagem de um estilo de vida ocidental de alto consumo, conforto material e permanente entretenimento. Sem embargo, esta disseminação cultural não tem sido acompanhada com a mesma intensidade pela difusão global dos valores democráticos e do respeito aos direitos humanos, que são a própria substância da civilização ocidental.

No caso específico do Brasil, pela forma como fomos colonizados e pela cultura reinante em nossas políticas, pode-se afirmar que a real preocupação com o bem estar geral e com a dignidade da população é algo muito recente.

Sempre, ao longo da história do Brasil, é comum falar em grandes obras de infraestrutura, de grandes planos econômicos, de vultosos investimentos para melhoria da produção, de inúmeros esforços para melhoria das exportações, mas sempre foi presente também o termo exclusão social;

Esse cenário desenhado aponta para uma negligência sobre o tema desenvolvimento tendo sempre como prioridade a palavra crescimento antes de qualquer coisa.

No Norte e no Nordeste do país então essa realidade foi mais sentida do que nas outras regiões do Brasil, não sendo a toa que indústrias de grande porte se instalem em cidades cuja população ainda é pobre e tem muitas dificuldades até para ter o básico do acesso à saúde, à educação e aos demais direitos que dignam o cidadão.

De acordo com Gadotti (2000:71):

Fica evidente, portanto, a total despreocupação com a harmonização entre resultados econômicos satisfatórios e qualidade de vida social, como forma alternativa à marginalização das necessidades humanas em detrimento do avanço tecnológico e índices financeiros “satisfatórios”, matéria-prima do capital especulativo e improdutivo. O modelo hegemônico de desenvolvimento capitalista globalizado, que reduz o desenvolvimento humano ao crescimento econômico, polariza o poder e os recursos, fomentando desigualdades de toda ordem, conseqüentemente, destruindo o meio ambiente.

Fato interessante citado por Gadotti (2000) é a questão do meio ambiente, polêmica sempre presente na história brasileira, em especial e relação à Amazônia, cujo desmatamento indiscriminado em nome do “desenvolvimento” é a maior prova da desvirtuação desse conceito, uma vez que desenvolvimento também pressupõe sustentabilidade e uso consciente dos recursos ambientais, uma vez que o crescimento acelerado com agressão ao meio ambiente são a antíteses do desenvolvimento.

Nesse contexto é importante atentar ao que diz Vecchiatti (2004:90):

Uma das conclusões óbvias que pode ser extraída desse quadro de contrastes é que o crescimento econômico, por si só, não traz automaticamente o desenvolvimento. Na prática, a equação que relaciona crescimento e desenvolvimento, ainda não está com suas variáveis equilibradas; ela ainda desafia os economistas questionando se o desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente sustentável estaria realmente na contramão do crescimento econômico.

Fica mais do que claro que desenvolvimento não é o passo seguinte ao crescimento econômico. Desenvolvimento econômico é um conceito muito mais complexo, rebuscado e, em muitos casos, bastante subjetivo, uma vez que desenvolvimento pode ocorrer em níveis diferentes, porém considerar-se como desenvolvimento.

É cabível a contribuição de Sachs (2001:157-158) ao enfatizar:

Por outro lado, o fato de que o desenvolvimento não está contido no crescimento econômico não deve ser interpretado em termos de uma oposição entre crescimento e desenvolvimento. O crescimento econômico, se repensado de forma adequada, de modo a minimizar os impactos ambientais negativos, e colocado a serviço de objetivos socialmente desejáveis, continua sendo uma condição necessária para o desenvolvimento. [...] Precisamos de taxas mais altas de crescimento econômico para acelerar a reabilitação social, uma vez que é mais fácil operar nos acréscimos do PNB que distribuir bens e rendas numa economia estagnada

Não se pode, pois também condicionar um ao outro, ainda que seja mais fácil haver desenvolvimento quando há o crescimento econômico, porém o crescimento em muitos casos, quando há concentração de renda, não beneficia a população como um todo, mas apenas uma pequena e privilegiada parcela, o que torna o crescimento algo desumano, bem distante do que se pode considerar como desenvolvimento.

O fato é que esses dois conceitos são fundamentais para que um país consiga conferir à sua população o verdadeiro conceito de cidadania, com acesso amplo aos serviços básicos de saúde, educação, saneamento básico e outros benefícios que somente a aliança entre crescimento e desenvolvimento podem conferir.

## 2.1 - Crescimento Econômico

O crescimento econômico de uma região pode ser visto claramente pelo desempenho das contas regionais agregadas, isto é, através do cálculo do produto que a economia da região foi capaz de gerar em determinado período.

Porém, fundamentalmente baseado em quantidades, o relatório de crescimento econômico não permite uma análise qualitativa do desempenho da economia em prol do desenvolvimento econômico sustentável, refletido em desenvolvimento social.

Após várias décadas na busca de como promover o crescimento econômico passou-se a se considerar que este por si só não é suficiente. Atualmente, a preocupação gira em torno de como as pessoas são afetadas pelo processo de crescimento, ou seja, se os incrementos positivos no produto e na renda total estão sendo utilizados ou direcionados para promover o tão almejado desenvolvimento humano.

De acordo com Lemos (2008:24):

O crescimento é aferido apenas através de indicadores de *quantum* ou de quantidades, como por exemplo, o produto agregado nas suas diferentes formas de aferição (PIB agregado, Renda agregada), ou de um destes agregados expressos em termos médios.

Conforme o entendimento deste autor fica claro que o crescimento é algo mensurável apenas em quantidades, em especial quantidades ligadas ao Produto Interno Bruto de um local, seja em nível Nacional, regional ou estadual.

Quando há crescimento econômico, a economia de certa forma vai bem, pois a um incremento de dinheiro na economia e teoricamente a situação do país melhora, porém, o crescimento econômico por si só não significa que um país é saudável, muito pelo contrario, ao longo da história do Brasil, em vários momentos, o país viveu picos acelerados de crescimento com uma enorme pobreza e exclusão social em sua realidade.

Não se está aqui dizendo que crescimento é uma coisa de todo ruim, óbvio que toda economia precisa crescer, porém mais importante do que isso, é importante a forma como se quer crescer, ou melhor, da maneira como estamos conduzindo esse crescimento em direção ao bem estar de todo o país e não só de uma minoria privilegiada.

Segundo HDR apud Lemos (2008:29):

A riqueza é importante para a vida humana. Contudo, centrar as atenções apenas neste indicador é incorreto por duas razões: Primeiro a acumulação de riqueza não é necessária para o preenchimento de algumas das escolhas do ser humano. Com efeito, os indivíduos e a sociedade fazem muitas escolhas que não precisam da riqueza para concretizá-las. Uma sociedade não precisa ser rica para estar habilitada a uma vida democrática. Uma família não precisa ser rica para respeitar os direitos de cada um dos seus membros. Uma nação não precisa ser rica para tratar os homens e as mulheres de forma equitativa. Tradições sociais e culturais, de grande valor, podem ser mantidas e - efetivamente o são - em todos os níveis de renda. A riqueza de uma cultura pode ser independente da riqueza material do seu povo. Segundo, as escolhas humanas seguramente incorporam ter riqueza material. Porém eles precisam e querem também ter uma vida longa e saudável, beberem vigorosamente na fonte do saber, participarem livremente na vida da sua comunidade, respirarem um ar livre de poluição, e apreciarem o simples prazer de viverem num ambiente limpo, com paz em suas mentes, que decorre do fato de possuírem um local seguro para morar, e ter a segurança de ter trabalho estável, com remuneração dignificante.

Estes argumentos deixam claro que o crescimento é algo que pode sim levar ao desenvolvimento, porém, além de não ser sinônimo de desenvolvimento, não é também pré-requisito ou muito menos indica que haverá desenvolvimento num ciclo de crescimento, porém para que uma nação possa viver bem e dignamente, faz-se muito mais que necessário, praticamente obrigatório, que o crescimento econômico tenha como principal consequência o desenvolvimento econômico.

De acordo com Oliveira (2002), o crescimento econômico não faz sentido se não conseguir promover o desenvolvimento humano (social), entendido como a realização pessoal dos indivíduos de um país ou região. Dessa forma, para atingir o desenvolvimento pleno e sustentável, é preciso reduzir a exclusão social, caracterizada pela pobreza e pela desigualdade.

## 2.2 - Desenvolvimento Econômico

Era bastante comum na época em que Delfim Neto era Ministro, ouvir a frase “temos que fazer o bolo crescer para poder reparti-lo”<sup>1</sup>. Essa frase é bastante interessante, pois traz dois conceitos que complementam o conceito de desenvolvimento, que são o crescimento e a distribuição de renda.

Quando Delfim Neto proferiu esta celebre frase, ficou claro que o crescimento por si só não bastava, era necessário que a população também tivesse a sua fatia nesse crescimento, o que é um princípio de desenvolvimento.

Deve-se, pois esclarecer que essa é apenas uma das formas de desenvolvimento, que é a distribuição de renda, entretanto, desenvolvimento é um conceito muito mais complexo e rebuscado do que simplesmente distribuir a renda gerada em um país.

Para Furtado apud Lemos (2008:24):

O conceito de desenvolvimento econômico implica bem mais do que o mero crescimento econômico ou a acumulação de capital. Desenvolvimento econômico para este autor, esta além da capacidade produtiva do sistema social, e implica numa irradiação do progresso econômico para o grosso da sociedade.

O autor acima citado por Lemos (2008) deixa bastante claro que o mero crescimento econômico não representa um avanço para o país, a menos que esse crescimento venha acompanhado de transformações sociais que englobem toda a sociedade e que confirmem um mínimo de acesso aos serviços essenciais como saúde, educação, saneamento básico, segurança, ocupação e renda, etc.

---

<sup>1</sup> A expressão crescer o bolo refere-se à concentração de renda para que esta em fase posterior gerasse distribuição de renda.

Até pouco tempo existia o conceito de subdesenvolvimento ao qual o Brasil estava atrelado, por ser considerado dentro do contexto mundial como um país que estava abaixo do nível de desenvolvimento aceitável, sendo inclusive considerado como um país de economia do “3º mundo”, internacionalmente conhecido pela desigualdade social e pelo desrespeito a muitos dos direitos humanos considerados mínimos.

Na visão de Schumpeter (1997:70):

O desenvolvimento econômico é simplesmente o objeto da história econômica, que por sua vez é meramente uma parte da história universal, só separada do resto para fins de explanação. Por causa dessa dependência fundamental do aspecto econômico das coisas em relação a tudo o mais, não é possível explicar a mudança econômica somente pelas condições econômicas prévias. Pois o estado econômico de um povo não emerge simplesmente das condições econômicas precedentes, mas unicamente da situação total precedente.

Esse conceito reforça a idéia de que desenvolvimento é um conceito diferente de crescimento haja vista que o país cresceu consideravelmente nos últimos 100 anos, porém ainda é considerado como um país em desenvolvimento e não já desenvolvido, como outros países mais ricos.

Deve-se notar também que o conceito de crescimento, ao longo da história do Brasil, sempre foi muito mais evocado do que o conceito de desenvolvimento, haja vista que a maioria dos planos econômicos<sup>2</sup> não tinham consonância com as políticas sociais e o país crescia mas não diminuía a desigualdade social, ou seja, não desenvolvia.

De acordo com Martinelli (2004:14)

O desenvolvimento deve ser visto na sua forma mais ampla possível, a partir do atendimento mínimo das necessidades básicas da população, uma vez que o desenvolvimento só poderá ser considerado efetivo [...] se este constituir-se em desenvolvimento humano, social e sustentável, pois, quando se fala em desenvolvimento, deve-se estar buscando a melhoria da vida das pessoas [...] e da sociedade como um todo

Até meados dos anos 1980 apenas alguns privilegiados dominavam a riqueza do país, concentrando-a de forma que poucos detinham o poder político e econômico enquanto

---

<sup>2</sup> Destes destacam-se os Planos Verão e o Plano Bresser

milhões viviam na miséria, passando pelas mais diversas privações, vivendo sem a dignidade que um país deve proporcionar a todos os seus cidadãos.

Com a fala dos autores já citados, pode-se dizer que enquanto o capital está no centro do crescimento econômico, o ser humano está no centro do desenvolvimento econômico e por isso passa a ser seu foco.

Na versão de Singer; Ansari (1979:18)

Desenvolvimento econômico não quer dizer simplesmente aumento do PNB de um país, mas diminuição da pobreza a um nível individual. Provavelmente os melhores indicadores de pobreza sejam o baixo consumo de alimentos e o elevado desemprego. Se estes problemas forem abordados de maneira adequada, junto com o crescimento do PNB e com uma distribuição de renda razoavelmente equitativa, aí sim, poder-se-a falar num genuíno desenvolvimento econômico.

Um país, para ser considerado desenvolvido, precisa oferecer a sua nação altos níveis de qualidade e acesso amplo nos seus direitos básicos e quanto melhor for esse benefício mais desenvolvido um país deve ser considerado.

De forma geral, as sociedades como um todo tem evoluído nesse conceito de desenvolvimento, sem deixar de lado a idéia de acumulo de capital, porém está-se enraizando na cultura de vários países a preocupação com o social, a preocupação com o bem estar da população.

A própria sociedade clama por isso e seus apelos são cada vez mais fortes o que tem trazido inúmeros benefícios aos países em desenvolvimento, haja vista que os países tidos como desenvolvidos passaram a cobrar isso dos líderes mundiais, e todo esse movimento, inclusive organizado pela própria sociedade, ocasionou mudanças nas políticas dos países mais pobres, que passaram a levantar a bandeira de inclusão social cada vez mais forte.

Na visão de Garcia (1985:71):

Desenvolvimento é o resultado de um processo global de transformações revolucionárias nas relações de produção e nas condições históricas de vida de

uma sociedade em suas diversas e inter-relacionadas dimensões: econômicas, sociais e culturais.

Esses autores pesquisados deixam claro que o paradigma do desenvolvimento humano sustentável tem o crescimento econômico como o meio e o ser humano como o fim. A riqueza econômica não necessariamente expande as escolhas das pessoas, mas o uso que se faz da riqueza é decisivo, assim como a forma pela qual essa riqueza é criada. Assim, é preciso garantir as possibilidades e as oportunidades da geração presente, considerando a das gerações futuras. Isto significa tornar o desenvolvimento humano equânime e sustentável (IPEA, 1998).

De acordo com Oliveira (2002:32):

O desenvolvimento, em qualquer concepção, deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida<sup>7</sup>. Isto implica dizer que as alterações da composição do produto interno e a alocação dos diferentes recursos pelos setores econômicos, devem estar dispostos de maneira a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social.

Enfim, o conceito de desenvolvimento entendido a partir da discussão acima está relacionado ao nível de crescimento econômico, aliado às características da distribuição de renda, das condições de saúde, de educação, de trabalho e de moradia da população, bem como às condições ambientais do país. Este conceito amplo de desenvolvimento está pautado em um elemento maior: o desenvolvimento humano.

Sob esse ponto de vista é que será pautada a análise desse trabalho, haja vista que os líderes sempre alardeiam que suas políticas econômicas trouxeram melhorias e desenvolvimento ao país, porém os números podem esclarecer até que ponto o evidente crescimento do milagre econômico e da era Lula realmente trouxe desenvolvimento ao país.

### **3. CONTEXTO POLITICO E ECONOMICO DOS PERIODOS DO MILAGRE ECONOMICO E DO GOVERNO LULA**

Os anos de 1969 a 1973 foram o período de maior crescimento da história da economia brasileira. A disponibilidade externa de capital e a determinação dos governos militares de fazer do Brasil uma “potência emergente” viabilizam pesados investimentos em infra-estrutura, nas indústrias de base, de transformação, equipamentos, bens duráveis e na agroindústria de alimentos.

#### **3.1 - O contexto Econômico do Milagre Econômico**

O setor de bens de consumo duráveis foi o que mais se expandiu. O retorno ao crescimento foi facilitado pela existência de capacidade ociosa do período anterior, pela nova estrutura de financiamento montada no Plano de Ação Econômica do Governo ( PAEG ) e pela disponibilidade de empréstimos estrangeiros.

Na falta de poupança doméstica, a poupança externa foi a alternativa viável. Graças a um conjunto de incentivos governamentais, observou-se um importante crescimento e modernização da agricultura, que logo teve impacto sobre as exportações. As exportações aumentaram e o volume de empréstimos externos superou o montante utilizado para financiar o crescimento.

Houve, então, grande acúmulo de reservas cambiais. Entre 1968 e 1973 a taxa média de crescimento do Produto Interno foi de 11,2%. Neste mesmo período, os índices de expansão da atividade industrial variaram, conforme o setor, entre 12 e 18 %. Este desempenho levou o período a ser conhecido no Brasil como "o milagre econômico".

Segundo vários autores como Lanzana (1987) e Resende (1981) o desempenho da economia brasileira no ano de 1968 foi extremamente satisfatório. O setor industrial

desfrutara de uma excelente performance: sua taxa de crescimento teria se aproximado dos 14%. Enquanto os níveis alcançados pelo emprego industrial revelavam um quadro muito promissor, tendo suplantado em todos os meses desse ano quaisquer outras marcas verificadas desde 1964.

O notável desempenho do setor industrial já desvelava o essencial do novo padrão de crescimento: a indústria automobilística inicia em 1968 o seu ciclo de recordes sucessivos de produção e a indústria da construção civil experimenta substancial ativação.

Em resposta àquele desempenho dos dois setores líderes e à reativação do investimento público (em especial de algumas empresas públicas) o setor de bens intermediários também cresceria expressivamente

A economia atingiu o pleno emprego em 1970. A partir deste ano, investimentos foram destinados a ampliar a capacidade produtiva da economia. O auge do milagre econômico deu-se nos anos de 1972 e 1973.

A questão social foi um dos grandes questionamentos do milagre – o que se dizia era que “a economia ia bem, mas o povo ia mal”. O intenso crescimento durante o milagre trouxe grandes benefícios para as classes de maior renda, incluindo-se aí a parte da classe média assalariada que fornecia os quadros técnicos necessários à gestão da economia, como engenheiros, economistas, administradores, analistas de sistemas, etc. A renda concentrou-se ainda mais em consequência da diminuição do valor real do salário mínimo. A apropriação da renda pelos 50% mais pobres passou de 17% em 1960 para 15% em 1970, enquanto para os 10% mais ricos, evoluiu de cerca de 40% para cerca de 48% no mesmo período.

As consequências da política de exclusão social desse período foram dramáticas e podem ser sintetizadas no agravamento das condições de saúde da maioria da população, que se deteriorou a ponto de ocorrerem epidemias como a de meningite e no fato de voltarem a crescer as taxas de mortalidade infantil em todo país.

Essa forma de crescimento da produção industrial e agrícola, especialmente voltada a exportação, foi classificada por Fernando Fajnzylber ( 1988 ) como “competitividade espúria”, pois estava baseada no agravamento das questões sociais a partir da deterioração da relação salário/câmbio.

O milagre, por fim, aprofundou as contradições estruturais da economia e os problemas decorrentes de sua enorme dependência em relação ao capital internacional.

### ***3.1.1- Visão Geral no período 1969-1973***

O ano de 1970 marca o início do período do chamado "milagre econômico brasileiro". Empréstimos e investimentos estrangeiros alavancam o processo de desenvolvimento.

O contexto político da época não podia ser mais turbulento. O auge dos protestos estudantis se deram a partir de março de 1968 que marcou o início de um ano turbulento de intensas mobilizações contra o regime militar. Centenas de cartazes foram colados na Cinelândia com frases como "Bala mata fome?", "Os velhos no poder, os jovens no caixão" e "Mataram um estudante. E se fosse seu filho?".

Em 26 de junho ocorre a Passeata dos Cem Mil, uma manifestação de protesto, que reuniu mais de cem mil pessoas, no centro da cidade do Rio de Janeiro, na zona conhecida como Cinelândia, o que representou um dos mais significativos protestos no período ditatorial do Brasil.

“As principais ações da guerrilha urbana no Brasil de 1968 a 1970 foram: o assalto ao trem pagador da ferrovia Santos-Jundiaí (10/6/1968), pela Ação Libertadora Nacional (ALN); o ataque ao QG do II Exército (26/6/1968), pela Vanguarda Popular Revolucionária (VPR); o roubo do cofre de Adhemar de Barros (11/5/1969), contendo pouco mais de 2,8 milhões de dólares, em espécie, o equivalente a 16,2 milhões de dólares de 2007, pela Vanguarda Armada Revolucionária (VAR-Palmares); o assassinato do capitão do Exército dos Estados Unidos e suposto agente da CIA Charles Rodney Chandler (12/10/1969), pela VPR; o seqüestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick (4/9/1969), pela ALN e o MR-8.

A maioria dos guerrilheiros eram estudantes, com idade média de 23 anos, que haviam se mobilizados nas ruas em 1968. Boa parte havia abandonado as universidades. De

cada dez ações de guerrilha, oito buscavam dinheiro, armas, papéis de identidade. As ações mais ofensivas, como os seqüestros de diplomatas, destinavam-se a tirar gente da cadeia ou do país.

A destruição das organizações armadas começou em 1969, a partir da organização das atividades de polícia política dentro do Exército. No final de 1970, todas as organizações da guerrilha urbana estavam desestruturadas.

Essas manifestações são um imenso contraste com o que vinha acontecendo na economia durante esse período, sendo, pois um paradoxo para a sociedade, uma vez que os resultados econômicos eram cada vez mais surpreendentes, ao passo que a sociedade parecia se desmanchar em guerrilhas urbanas, prisões e intenso sofrimento da população, em especial os jovens do sudeste.

Novos empregos e inflação baixa trazem euforia à classe média e ao empresariado. Ao mesmo tempo, vive-se o auge da repressão, com censura à imprensa e violência contra a oposição. É o momento da linha-dura no poder, que tem no presidente da República, Emílio Garrastazu Médici, seu grande representante. Em seu governo, a inflação anual ficou abaixo dos 20% e o crescimento do PIB em 1970 foi de 10,4%.

#### Segundo Resende (1981:26)

Os investimentos do Estado em infra-estrutura colaboraram para a concretização do setor de bens de capital (que envolve segmentos dos gêneros industriais mecânica, material de transporte, material elétrico e de comunicações e metalurgia). De fato, como se observou, a geração de energia elétrica e os serviços de transporte e comunicações cresceram de forma sustentada, como decorrência das políticas setoriais constituídas pelo governo, e claramente também tinham efeitos de arrasto sobre a indústria de transformação e mais especialmente sobre a produção de equipamentos.

O suposto milagre, no entanto, segundo vários autores pode na verdade ser considerado como enganoso e volátil. O crescimento econômico começa a declinar a partir de 1973, havendo uma reversão significativa em vários indicadores importantes como crescimento do PIB, inflação, índices de renda, entre outros indicadores que vinham apresentando comportamento positivo até então começam a apresentar quedas vertiginosas, ignorando a tendência de alta que se assinalava no início do Milagre.

Para Lessa (1998:53):

Em 1974 o crescimento diminuiu, passando de médias superiores a 10% para inferiores a 5% no ano. A balança comercial brasileira apresentou enormes déficits causados principalmente pela importação de petróleo, que ultrapassaram quatro bilhões de dólares ano. A capacidade de geração de divisas tornou-se insuficiente para sustentar o ritmo do crescimento. No final dessa década a inflação ultrapassa 100% a.a. e na década seguinte (anos 80) chega a 200% a.a.

A inflação mensal chegou à marca de dois dígitos pela primeira vez desde 1964. A economia brasileira foi atirada em uma espiral descendente. Na tentativa de derrotar o dragão<sup>3</sup>, as autoridades lançavam mão de toda a sorte de medidas econômicas.

Segundo Lanzana (1987:62)

Partindo de uma taxa de 38,8% em 1965, os preços cresceram somente 15,5% em 1973. É válido ressaltar que a referida diminuição no ritmo de crescimento dos preços aconteceu em um período no qual a correção monetária já existia, uma vez que havia sido implantada em 1966. Cabe ainda enfatizar, que além da economia não sofrer nenhum choque de preços nesse período, a indexação não era tão generalizada, logo, a política regulatória da inflação de demanda tem efeito no período. Entretanto, após o primeiro choque do petróleo a mesma não tolera mais as tensões de preços indexados ao mercado externo e a inflação novamente se eleva a taxas bem acima da média registrada no “milagre”.

O governo Médici incorporou a preocupação do regime militar com a aceleração do desenvolvimento econômico num ritmo e duração adequados à meta de superação do subdesenvolvimento – na perspectiva da época, tratava-se da corrida rumo ao ano 2000, oportunidade histórica de cruzar a fronteira do desenvolvimento pleno.

Esse projeto nacional aflorou numa conjuntura duplamente favorável – ascenso cíclico, no plano doméstico, e um cenário externo de expansão do comércio e do movimento de capitais – possibilitando, assim, desfrutar a evidência de uma economia que crescia na velocidade compatível com as ambições alimentadas pelo regime, porém em detrimento dos reais interesses da sociedade como um todo.

---

<sup>3</sup> Metáfora adotada para associar a inflação a algo bastante destruidor

### ***3.1.2 - O Plano Econômico***

O que se convencionou chamar de milagre econômico brasileiro foi um período de intenso crescimento do PIB e da produção industrial entre 1968 e 1973. A economia brasileira beneficiou-se do grande crescimento do comércio mundial e dos fluxos financeiros internacionais para aumentar sua abertura comercial e financeira em relação ao exterior.

Neste ciclo expansivo, observa Lacerda et al (1992:27):

Houve predominância dos setores produtores de bens duráveis e de bens de capital com forte presença do capital estrangeiro, na forma de investimentos diretos, principalmente por meio de empréstimos. O crescimento acelerado da economia ocorreu juntamente com o agravamento de questões sociais, como a concentração de renda e a queda de indicadores sociais. O milagre econômico brasileiro aprofundou as contradições estruturais da economia e os problemas decorrentes de sua enorme dependência em relação ao capital internacional, tendo como consequência a crise da dívida dos anos oitenta.

À frente da equipe econômica de seguidos governos militares, Delfim Netto entendia que, após o ajuste das contas públicas efetuado pelo PAEG e com os salários rigidamente controlados, a inflação passou a apresentar um forte componente de custos, decorrentes da grande capacidade ociosa existente e dos altos custos financeiros.

A solução para a continuidade da queda da inflação seria a retomada do crescimento econômico, tendência verificada em toda a economia mundial da época. Para isso, era fundamental que se adotasse uma política monetária expansiva e que houvesse um grande aumento do crédito ao setor privado, estimulando a produção para o mercado interno e externo.

O novo ciclo de crescimento foi comandado pelos setores produtores de bens de consumo duráveis (crescimento de cerca de 23%) e de bens de capital (crescimento de cerca de 18%). Ou seja, manteve-se a mesma matriz de crescimento implantada durante o Plano de Metas, com aumento na abertura estrutural da economia para o exterior.

O crescimento da indústria de bens de consumo não duráveis manteve-se bem abaixo das taxas de crescimento dos outros setores, alcançando “apenas” cerca de 9% ao ano.

### Segundo Leão (2009:30)

O período de crescimento foi sem dúvida conduzido pelos setores de bens de consumo duráveis e bens de capital, sugerindo um forte investimento na indústria e mantendo a mesma matriz do crescimento implantada durante o Plano de Metas com Juscelino.

A agricultura cresceu dentro de suas taxas históricas (cerca de 4,5%), depois de um crescimento medíocre no período 1961-67 – mas deve-se observar que seu crescimento foi maior nas culturas voltadas à exportação, enquanto na produção de alimentos básicos o crescimento oscilou na faixa de 2%, o que significa que a produção desses alimentos cresceu numa taxa inferior ao crescimento da população, diminuindo a disponibilidade média de proteínas por habitante.

De acordo com as autoridades econômicas da época, o capital externo que entrou no país sob a forma de empréstimos teria sido fundamental no financiamento do crescimento, justificando assim a intensificação do endividamento, e mesmo autores críticos da orientação da política econômica, como notadamente Paul Singer e Lacerda, admitem a importância do capital estrangeiro naquela conjuntura.

### Segundo Lacerda (2000:113)

A dívida externa é uma das conseqüências das relações do país com o resto do mundo. Contabilmente, o estoque da dívida externa bruta é o resultado acumulado da parcela dos déficits em transações correntes não financiados pelo ingresso de capitais de risco ou pela redução das reservas internacionais do país. Os dados da balança comercial do Brasil no período considerado (1968-73) mostram que ela está rigorosamente equilibrada.

A única explicação para o extraordinário crescimento da dívida externa ao longo do milagre seria de origem financeira: o excesso de liquidez internacional diminuiu bastante as taxas de juros, tornando os empréstimos muito atraentes. Ao mesmo tempo, o sistema financeiro brasileiro, especialmente no setor privado, nunca se voltou para o financiamento produtivo de médio e longo prazo.

A questão social foi um dos grandes questionamentos do milagre. O intenso crescimento durante o milagre trouxe grandes benefícios apenas para as classes de maior renda.

Segundo Lacerda (2000:15):

O intenso crescimento que houve durante o milagre econômico trouxe grandes benefícios para as classes de maior renda, incluindo-se aí a parte da classe média assalariada que fornecia os quadros técnicos necessários à gestão da economia, como engenheiros, economistas, administradores, analistas de sistemas etc. A renda concentrou-se ainda mais, em consequência da diminuição do valor real do salário mínimo.

A renda concentrou-se ainda mais em consequência da diminuição do valor real do salário mínimo. Segundo Lacerda (2000) a apropriação da renda pelos 50% mais pobres decresceu passando de 17% em 1960 para 15% em 1970, enquanto cresceu para os 10% mais ricos, evoluindo de cerca de 40% para cerca de 48% no mesmo período.

O milagre foi um período de intenso crescimento do PIB e da produção industrial, devido o grande crescimento do comércio mundial e dos fluxos financeiros internacionais. Porém, as consequências da política de exclusão social desse período foram dramáticas e podem ser sintetizadas no agravamento das condições de saúde da maioria da população, que se deteriorou a ponto de ocorrerem epidemias como a de meningite e no fato de voltarem a crescer as taxas de mortalidade infantil em todo país.

### **3.2 - O contexto Econômico do Governo Lula**

A economia brasileira passou por um longo processo de estagnação e inflação durante os anos 1980 decorrente da crise da dívida externa que se abateu sobre todos os países endividados, em especial os da América Latina.

A crise aguda que se desenrolou no início dos anos 1980 foi acompanhada pelas grandes manifestações contra a ditadura militar e pelas eleições diretas para a presidência da república.

Com a transição da ditadura para novamente um governo civil, a economia recuperou por pouco tempo as taxas de crescimento, mas não escapou do sufoco da dívida e nem das pressões inflacionárias, que aguçaram ainda mais as contradições internas.

É também neste contexto, de luta dos movimentos sociais organizados contra a ditadura militar, entre o final dos anos 1970 e o início dos anos 1980, que surgiu e se expandiu, dentre outros, com o movimento sindical dos operários da indústria paulista e o Partido dos Trabalhadores, cujo líder principal é Luís Inácio Lula da Silva apoiado, também, por uma elite intelectual.

Durante os anos 1980 e 1990, o PT ganha corpo, estrutura e significativo peso político nacional, com centenas de milhares de filiados e militantes, tornando-se a principal força política de oposição aos governos de José Sarney, Fernando Collor de Mello, Itamar Franco, Ulisses Guimarães, Tranquedo Neves e de Fernando Henrique Cardoso (FHC).

Luiz Inácio Lula da Silva, ex metalúrgico do ABC e sindicalista de primeira linha era então o principal representante do PT sendo candidato em 1993 e em 1998 e perdeu para Fernando Henrique Cardoso nas duas eleições. Nesse processo, a fração majoritária, dirigente do PT, foi mudando gradativamente de posição e de estratégia eleitoral, até a vitória de Lula em 2002.

Durante esse período são gestadas as condições e adotadas as medidas de política econômica neoliberal, assim, o governo implementa progressivamente a liberalização do comércio internacional, dos fluxos de capitais especulativos, a privatização das empresas

estatais, a reforma do estado, a reforma tributária e a reforma da previdência do setor privado.

A sua eleição, depois de duas tentativas frustradas, foi como a realização de um sonho há muito aguardado por milhões de brasileiros, que viam em Lula a esperança de igualdade social, da ascensão da classe trabalhadora e da erradicação da pobreza, porém o estilo “lulinha paz e amor” foi uma grande frustração para os esquerdistas mais exaltados.

### **3.2.1 - Visão Geral**

O Governo Lula (iniciado em 2003) corresponde ao período da história política brasileira que se inicia com a posse como presidente de Luiz Inácio Lula da Silva, em 1 de Janeiro de 2003, na sua quinta tentativa para chegar ao cargo presidencial, após derrotar o candidato do PSDB e ex-ministro da Saúde José Serra. Sua estada na presidência terminou em 1 de Janeiro de 2011.

Em outubro de 2006 Lula se reelegeu para a presidência, derrotando o candidato do PSDB Geraldo Alckmin, sendo eleito em segundo turno com mais de 60% dos votos válidos.

Com Luiz Inácio Lula da Silva o Brasil teve como presidente, pela primeira vez na história, uma personalidade que não provém de setores dominantes da sociedade brasileira e que não ostenta títulos acadêmicos. Lula tem sua origem junto ao povo humilde e atuou por muito tempo como trabalhador e sindicalista metalúrgico na indústria automobilística.

O governo Lula, eleito em 2002, não é apenas fruto de uma vitória eleitoral, ele é o resultado de um período importante do desenvolvimento brasileiro. A governabilidade nesse primeiro período Lula contou com o apoio no Congresso Nacional de significativo número de parlamentares do denominado “baixo clero”<sup>4</sup>. A imponente vitória eleitoral, com 61,3% dos votos, está vinculada a um longo processo de mobilização da classe trabalhadora, à redemocratização do país e à formulação de concretas alternativas políticas por parte da

---

<sup>4</sup> Assim denominado por não fazer parte da elite dos congressistas

esquerda brasileira, cujo reconhecimento conduziu, por exemplo, à realização do Fórum Social Mundial.

As críticas no interior da esquerda brasileira e internacional foram intensas e isso não foi por acaso: muitas ações do governo estiveram em contradição com o programa de governo apresentado pelo PT nas eleições e contrariam a tradição programática deste que é o maior partido de esquerda na América Latina.

A política econômica restritiva, como consequência direta da continuidade do pagamento da dívida, perpetua a dependência econômica do país e reduz a margem de manobra política e social do governo, impedindo importantes mudanças de interesse da maioria da população. O governo está composto por uma ampla aliança de diversos partidos, que representam interesses contrários no interior da sociedade brasileira.

Lula se tornou presidente do Brasil e sua trajetória de vida fazia com que diversas expectativas cercassem o seu governo. Seria a primeira vez que as esquerdas tomariam controle da nação.

No entanto, seu governo não se resume a essa simples mudança. Entre as primeiras medidas tomadas, o Governo Lula anunciou um projeto social destinado à melhoria da alimentação das populações menos favorecidas. Estava lançada a campanha “Fome Zero”.

Essa seria um dos diversos programas sociais que marcaram o seu governo. A ação assistencialista do governo se justificava pela necessidade em sanar o problema da concentração de renda que assolava o país.

Tal medida inovadora foi possível graças à continuidade dada às políticas econômicas traçadas durante a Era FHC. O combate à inflação, a ampliação das exportações e a contenção de despesas foram algumas das metas buscadas pelo governo.

A ação política de Lula conseguiu empreender um desenvolvimento historicamente reclamado por diversos setores sociais. No entanto, o crescimento econômico do Brasil não conseguiu se desvencilhar de práticas econômicas semelhantes às dos governos anteriores.

A manutenção de determinadas ações políticas foram alvo de duras críticas. No ano de 2005, o governo foi denunciado por realizar a venda de propinas para conseguir a aprovação de determinadas medidas.

O esquema, que ficou conhecido como “Mensalão”, instaurou um acalorado debate político que questionava se existia algum tipo de oposição política no país. Em meio a esse clima de indefinição das posições políticas, o governo Lula conseguiu vencer uma segunda disputa eleitoral.

O novo mandato de Lula foi visto mais como uma tendência continuísta a um quadro político estável, do que uma vitória dos setores de esquerda do Brasil.

### **3.2.2 - O Plano Econômico**

No discurso de posse do Presidente Lula, realizado no Congresso Nacional, ele enfatizou que seu governo promoveria as mudanças necessárias para atacar as questões sociais do País e para retomar o crescimento econômico e, assim, resolver os problemas de desemprego e distribuição de renda.

No entanto, o Presidente acentuou também que as mudanças ocorreriam ao longo de seu mandato, ou seja, que seriam lentas e graduais. Tal política, é bom lembrar, fundamenta-se no tripé já conhecido: política de câmbio flutuante, combinada com livre movimento de capital, regime de metas de inflação e políticas fiscal e monetária restritivas, combinando elevadas taxas de juros com elevados superávits fiscais.

O primeiro passo da política econômica do governo Lula, tendo como seu ministro da fazenda Guido Mantega, foi estabelecer um ajuste macroeconômico sólido para retomar o controle da situação monetária, fiscal e cambial do país. No campo monetário, o governo revisou para cima as metas de inflação fixadas no governo anterior, de modo a acomodar parte do impacto inflacionário da depreciação cambial ocorrida em 2002 e não sacrificar demasiadamente o crescimento da economia.

Em paralelo, para garantir o retorno da queda da inflação, o Banco Central do Brasil (BC) aumentou sua taxa básica de juros, a taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), a qual foi elevada de 25,0% ao ano, em dezembro de 2002, para 26,5%, em fevereiro de 2003.

No campo fiscal, o governo aumentou a meta de resultado primário do setor público de 3,75% do PIB para 4,25% do PIB. O resultado prático de tal medida foi uma redução nos gastos primário da União em um contexto de desaceleração no ritmo de crescimento da economia, ou seja, uma política fiscal pró-cíclica que somado ao aumento na taxa de juros aprofundou a queda no nível de atividade econômica em 2003.

No campo externo, o governo Lula manteve a política de câmbio flutuante e, em razão do reduzido nível das reservas internacionais do país, o BC evitou combater a depreciação do real por meio da venda de moeda estrangeira no mercado doméstico.

Durante as eleições de 2002, em termos reais a taxa de câmbio efetiva havia se elevado para níveis sem precedentes históricos, de maneira que estava claro para a maioria dos investidores internos e externos que a tendência predominante seria de apreciação do real em 2003.

Na justificativa do Governo, essas medidas deveriam promover a estabilidade das variáveis macroeconômicas e criar um ambiente institucional favorável a um crescimento econômico impulsionado pelo mercado. O sacrifício inicial, nas palavras da equipe econômica, seria compensado pelo crescimento econômico sustentado no futuro.

O governo Lula reafirmou a política econômica herdada do governo anterior e, apoiado no melhor desempenho conjuntural do setor externo, deu novo fôlego ao modelo, legitimando-o politicamente e soldando mais fortemente os interesses das diversas frações de classes participantes do bloco de poder dominante.

Referindo-se a essa passagem, o Nakatani (2005:6)

O governo Lula continuou e aprofundou a política de geração de superávits primários. Primeiro, aumento a meta de 3,75%, segundo o acordo com o FMI, para 4,25% do PIB. Enquanto o governo FHC atingiu 3,89%, em 2002, Lula

conseguiu superar a própria meta, realizando 4,59% e 4,85%, em 2004 e 2005. Entretanto, a conta de juros foi de 7,26% e 8,13% do PIB, nos mesmos anos.

È importante lembrar que o Brasil sofreu forte ataque especulativo no segundo semestre de 2002, o que, por sua vez, gerou uma aceleração da inflação e uma rápida deterioração das finanças públicas.

Ao final do ano, a inflação ao consumidor estava em 12,5% ao ano e em aceleração, a dívida líquida do setor público havia subido para 51,3% do Produto Interno Bruto (PIB) e as reservas internacionais do Brasil eram de apenas US\$ 37,8 bilhões, dos quais US\$ 20,8 bilhões correspondiam a um empréstimo junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

Do lado positivo, a depreciação cambial de 2002 e o vigoroso crescimento da economia mundial a partir daquele ano já haviam iniciado um processo de recuperação das exportações brasileiras, o que iria aumentar substancialmente o superávit comercial e reduzir a vulnerabilidade externa do Brasil nos anos seguintes.

Porém, a continuidade e o grau elevado de ortodoxia da política econômica resultaram no restabelecimento da confiança no Brasil por parte do FMI e da comunidade financeira internacional.

Essa confiança se traduziu na queda significativa do Risco-Brasil, no retorno do fluxo de capitais de curto prazo, no fim do processo especulativo contra a moeda nacional, na conseqüente valorização da taxa de câmbio e na valorização dos títulos da dívida externa no mercado internacional.

Nos anos do primeiro mandato presidencial de Lula, a situação econômica internacional apresentou-se extraordinariamente favorável em todas as esferas. O mundo todo cresceu e puxou o Brasil com ele, e é este o principal fator responsável pelo bom desempenho de indicadores econômicos exibidos pelo governo como se fossem resultantes da política econômica doméstica.

Segundo Coelho (2007:215)

O bom desempenho das contas externas brasileiras no período deve-se, sobretudo, ao crescimento das exportações, alavancadas pelo aquecimento geral do comércio mundial, particularmente no setor de commodities. Os

autores lembram, porém, que o crescimento das exportações, embora real, envolve problemas que a propaganda oficial procura omitir. Os produtos que respondem pela maior competitividade internacional das exportações brasileiras são intensivos em recursos naturais e caracterizam o que os autores chamam de “especialização retrógrada”, isto é, a participação crescente de bens primários no valor (e não apenas no volume) das exportações. Os produtos intensivos em tecnologia, de alto valor agregado e de impacto maior nas cadeias produtivas, mantiveram tendência a reduzir sua participação nas exportações, acentuando a trajetória de “retrocesso industrial” a qual o governo Lula deu continuidade. O crescimento industrial em termos absolutos não é suficiente para inverter a trajetória de queda relativa do peso da indústria no PIB, na geração de postos de trabalho e no montante das exportações.

Barbosa e Souza (2010) afirmam que durante o governo Lula, o Brasil iniciou uma nova fase de desenvolvimento econômico e social, em que se combinam crescimento econômico com redução nas desigualdades sociais. Sua característica principal é a retomada do papel do Estado no estímulo ao desenvolvimento e no planejamento de longo prazo.

Segundo esses autores, nos últimos anos, o crescimento do produto interno bruto acelerou, o número de famílias abaixo da linha de pobreza decresceu, e milhões de pessoas ingressaram na classe média, isto é, na economia formal e no mercado de consumo de massa.

A aceleração do desenvolvimento econômico e social foi alcançada com manutenção da estabilidade macroeconômica, isto é, com controle da inflação, redução do endividamento do setor público e diminuição da vulnerabilidade das contas externas do país diante de choques internacionais.

No início de 2003, o Brasil procurava consolidar algumas das medidas de política econômica experimentadas na década anterior, especialmente a partir de 1999.

Após terem sido feitos os ajustes, e explicitados os programas de transferência de renda como linhas-mestras do governo, o país experimentou uma diminuição das incertezas dos agentes, respaldada pela crescente capacidade de cumprir suas obrigações financeiras.

Os resultados do programa de transferência de rendas foram mais além da necessária melhoria nas condições de sobrevivência para milhões de brasileiros, havendo uma melhoria real na condição de vida de muitos brasileiros, porém ainda longe de ser o ideal.

## **4 – RESULTADOS**

Esse trabalho foi baseado em uma pesquisa bibliográfica, em textos, publicações e trabalhos acadêmicos que tratavam do tema, fazendo-se, pois uma exposição das idéias dos vários autores presentes nesse trabalho, compondo assim o referencial teórico do trabalho.

### **4.1 Fontes dos dados e metodologia**

Procurou-se conceituar desenvolvimento e crescimento separadamente para que o leitor possa entender as diferenças que serão abordadas ao longo da análise dos dados coletados.

Os dados foram coletados em sites diversos como IPEA, IBGE, IPECE, em especial utilizando-se de informações das PNADs. Esses dados foram coletados de acordo com os períodos abordados e foram colocados em tabelas e gráficos para que a interpretação destes fosse facilitada.

Os dados referentes ao período do milagre econômico foram coletados no intervalo de tempo de 1968 até 1973, havendo alguns indicadores em que se teve a necessidade de colocar dados também de 1974 para demonstrar a volatilidade dos números do período do milagre.

Isso ocorreu devido ao fato de que, muitos dos indicadores exultados pelo governo como indicadores de amplo e acelerado crescimento começaram a cair vertiginosamente no ano de 1974 enquanto outros indicadores negativos cresceram de forma assustadora.

No caso dos indicadores do governo Lula, foram escolhidos indicadores do período de 2003 até 2010, período esse que cobre os dois mandatos do governo, mostrando todas as evoluções em conjunto, não havendo pois diferenciação entre o primeiro mandato e o segundo mandato, haja vista que considerou-se como era Lula, os dois períodos de governo indistintamente.

Os indicadores foram analisados em separado, evidenciando-se primeiro o do período do Milagre Econômico, cada qual com sua respectiva análise, e em seguida os dados do governo Lula.

A conclusão será feita com base na análise dos indicadores de crescimento em consonância com os indicadores de desenvolvimento, visto que são indicadores distintos e que refletem realidades diferentes, pois, conforme visto no início do trabalho, crescimento e desenvolvimento nem sempre andam juntos, o que é o foco da discussão desse trabalho

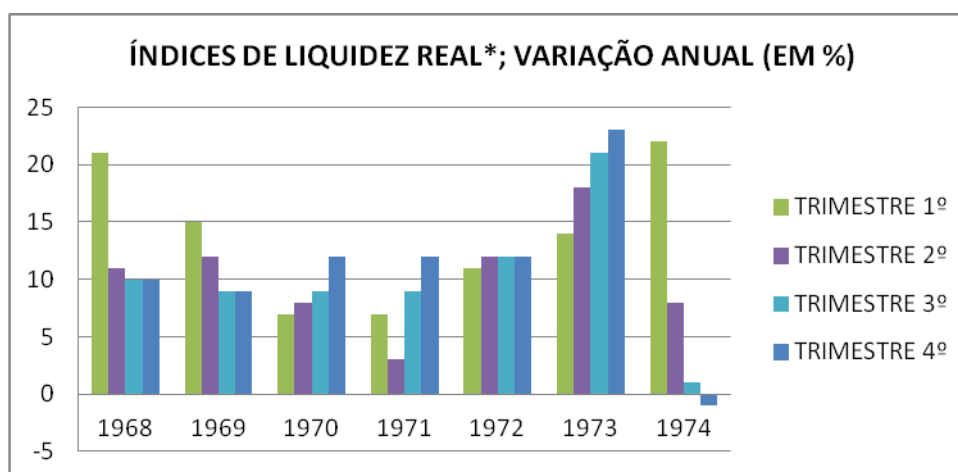
#### 4.2 - Indicadores Sócio Econômicos do Milagre Econômico

**Tabela 1 – Índices de Liquidez Real**

ANO	TRIMESTRE			
	1º	2º	3º	4º
1968	21	11	10	10
1969	15	12	9	9
1970	7	8	9	12
1971	7	3	9	12
1972	11	12	12	12
1973	14	18	21	23
1974	22	8	1	-1

Fonte: Leão (2009 p.29)

**Gráfico 1 – Índices de Liquidez Real**



Fonte: Do autor com base nos dados da tabela 1

A Tabela 1 demonstra com clareza a elevação da liquidez, ou seja, o aumento da velocidade de circulação da moeda ou a quantidade de moeda em circulação, entre os anos de 1968 e 1973, fruto de uma política econômica intensamente expansionista.

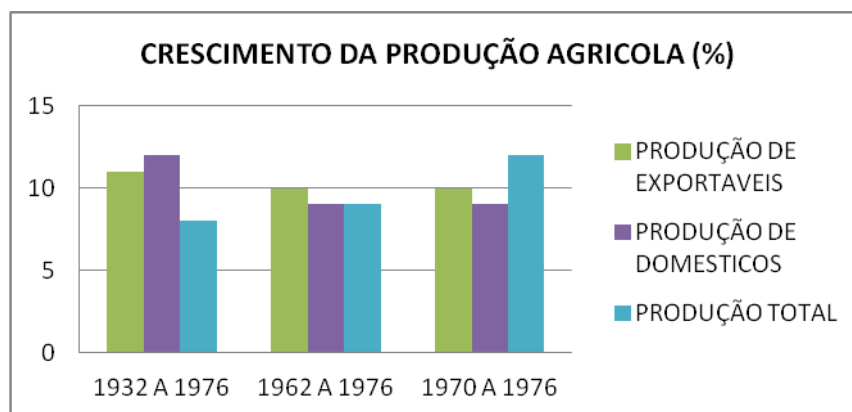
Em face da presença de liquidez no mercado, investimentos governamentais e salários rígidos, a produção acaba sendo estimulada, fazendo com que haja crescimento econômico.

**Tabela 2 – Desempenho da Agricultura em médias anuais de crescimento**

CATEGORIA DE PRODUÇÃO	PERIODO		
	1932 A 1976	1962 A 1976	1970 A 1976
PRODUÇÃO DE EXPORTAVEIS	11	10	10
PRODUÇÃO DE DOMESTICOS	12	9	9
PRODUÇÃO TOTAL	8	9	12

Fonte: Leão (2009 p.29)

**Gráfico 2 – Desempenho da Agricultura em médias anuais de crescimento**



Fonte: Do autor com base nos dados da tabela 2

O crescimento apontado no setor agrícola foi devido aos gêneros alimentícios ligados à exportação uma vez que ao passo que a agricultura cresceu quase 5% ao ano a produção de alimentos básicos, como feijão, mandioca e banana, caíram quase 2% ao ano em média.

Outro fator de crescimento para a agricultura deveu-se ao fato de que houve um significativo aumento no volume de crédito cedido pelo governo. Houve ainda um

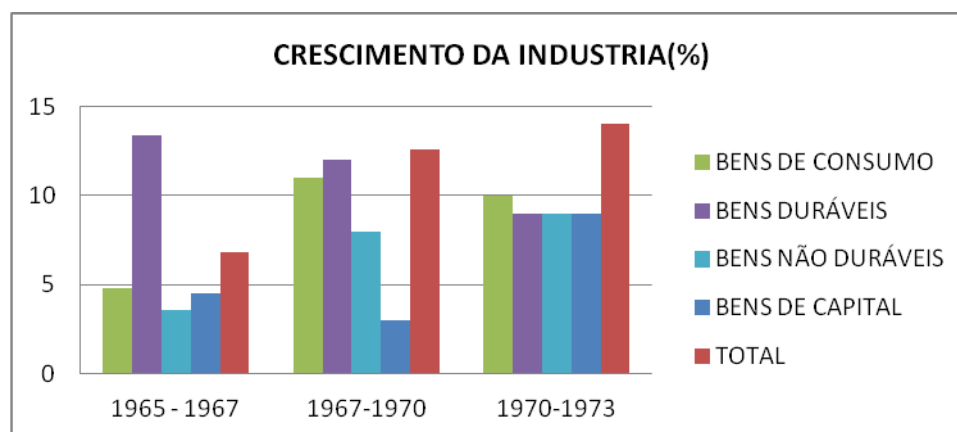
importante processo de mecanização da agricultura, impulsionando a demanda sobre o setor industrial. Destaca-se, pois o aparecimento e ascensão da soja tanto no consumo interno e principalmente na pauta de exportação.

**Tabela 3 – Desempenho da Indústria em médias anuais de crescimento**

INDÚSTRIA	INTERVALO		
	1965 - 1967	1967-1970	1970-1973
BENS DE CONSUMO	4,8	11	10
BENS DURÁVEIS	13,4	12	9
BENS NÃO DURÁVEIS	3,6	8	9
BENS DE CAPITAL	4,5	3	9
<b>TOTAL</b>	<b>6,8</b>	<b>12,6</b>	<b>14</b>

Fonte: Leão (2009 p.30)

**Gráfico 3 – Desempenho da Indústria em médias anuais de crescimento**



Fonte: Do autor com base nos dados da tabela 3

A Matriz de crescimento implantada durante o Plano de Metas, que sugeria um forte e significativo investimento na indústria foi mantido no período do Milagre Econômico, onde o crescimento mais expressivo desse setor foi alavancado pelos bens de consumo duráveis e pelos bens de capital, representando pois um importante momento para a indústria nacional.

Outro fator importante para o crescimento da indústria, em especial do setor de bens de capital, são os investimentos do governo em infra-estrutura, que é a base das políticas de expansão..

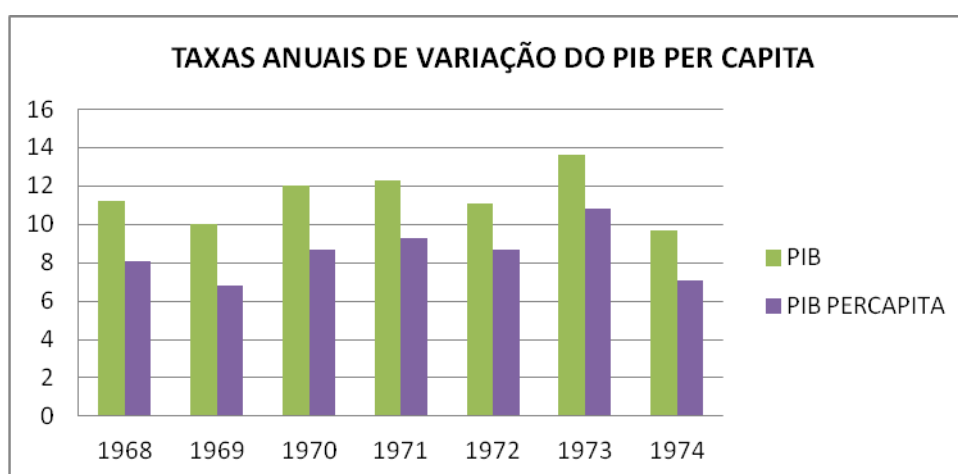
A geração de energia elétrica e os serviços de transporte e comunicações cresceram de forma sustentada, como decorrência das políticas setoriais constituídas pelo governo, tendo efeitos de alavancagem sobre a indústria de transformação e mais especialmente sobre a produção de equipamentos.

**Tabela 4 – Taxa anual de variação do PIB per capita**

<b>TAXA ANUAL DE VARIAÇÃO (%)</b>		
<b>ANOS</b>	<b>PIB</b>	<b>PIB PERCAPITA</b>
<b>1968</b>	11,2	8,1
<b>1969</b>	10	6,8
<b>1970</b>	12	8,7
<b>1971</b>	12,3	9,3
<b>1972</b>	11,1	8,7
<b>1973</b>	13,6	10,8
<b>1974</b>	9,7	7,1

Fonte: Leão (2009 p.31)

**Gráfico 4 – Taxa anual de variação do PIB per capita**



Fonte: Do autor com base nos dados da tabela 4

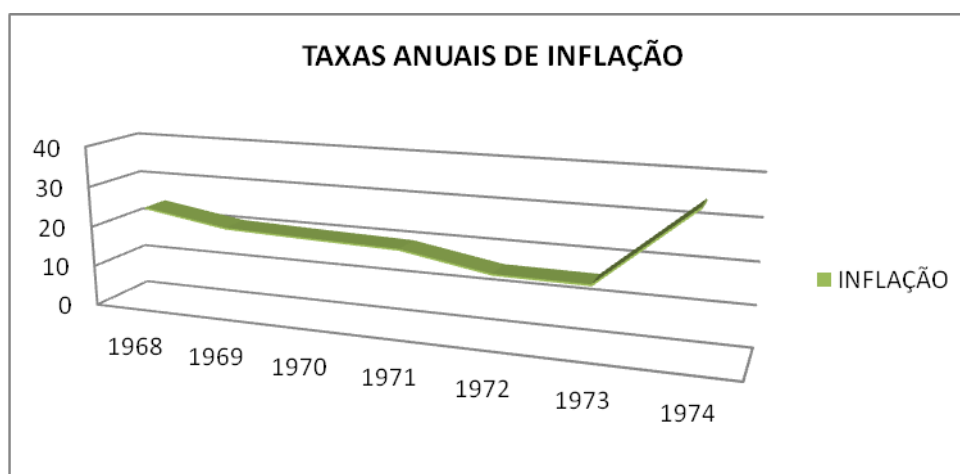
O crescimento do PIB e conseqüentemente do PIB per capita são frutos de todos os impactos no crescimento da produção industrial já mencionados nos itens anteriores.

**Tabela 5 – Taxa anual de variação da inflação**

<b>TAXA ANUAL DE INFLAÇÃO (%)</b>	
<b>ANOS</b>	<b>INFLAÇÃO</b>
<b>1968</b>	24,2
<b>1969</b>	20,8
<b>1970</b>	20,1
<b>1971</b>	19,5
<b>1972</b>	15,7
<b>1973</b>	15,5
<b>1974</b>	34,5

Fonte: Leão (2009 p.31)

**Tabela 5 – Taxa anual de variação da inflação**



Fonte: Do autor com base nos dados da tabela 5

Desde o início da Ditadura Militar, a partir de 1964, o governo buscou desenvolver um programa de estabilização de preços, no qual os instrumentos de ordem monetária foram acionados, juntamente com uma maior disciplina dos reajustes salariais.

Além da economia não sofrer nenhum choque de preços nesse período, a indexação não era tão generalizada, logo, a política regulatória da inflação de demanda tem efeito no período.

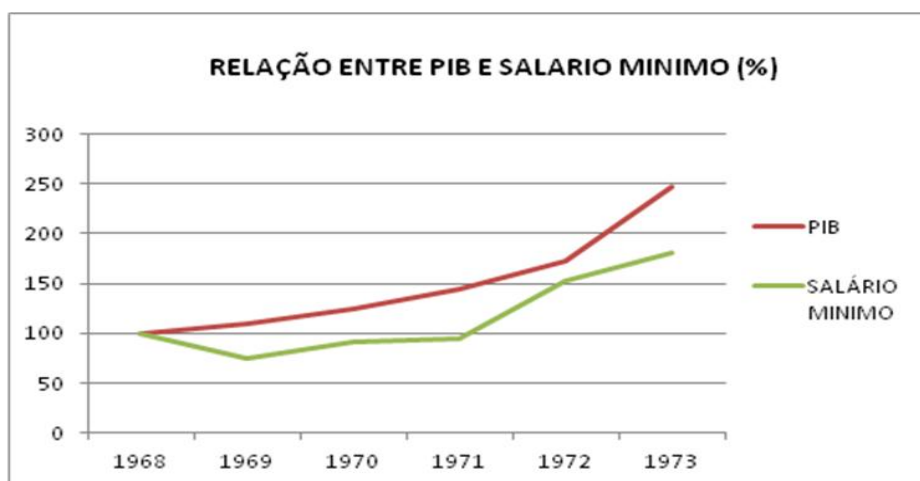
Entretanto, após o primeiro choque do petróleo a mesma não tolera mais as tensões de preços indexados ao mercado externo e a inflação novamente se eleva a taxas bem acima da média.

**Tabela 6 – Relação entre PIB e Salário Mínimo**

<b>RELAÇÃO ENTRE PIB E SALARIO MINIMO (%)</b>		
<b>ANOS</b>	<b>PIB</b>	<b>SALÁRIO MINIMO</b>
<b>1968</b>	100	100
<b>1969</b>	109,54	75,22
<b>1970</b>	124,72	91,24
<b>1971</b>	144,02	95,06
<b>1972</b>	172,11	152,45
<b>1973</b>	246,33	181,52

Fonte: Leão (2009 p.34)

**Gráfico 6 – Relação entre PIB e Salário Mínimo**



Fonte: Do autor com base nos dados da tabela 6

Aqui começa a ficar claro que o crescimento trazido pelo milagre econômico não condiz como desenvolvimento econômico esperado para um período de tanta prosperidade econômica.

Tendo em vista que para crescer o Brasil precisava elevar sua poupança interna, prevaleceu uma concepção segundo a qual não se deveriam adotar políticas econômicas de distribuição de renda, uma vez que as classes de renda mais elevada poupavam mais que as de baixa renda.

Essa visão fez com que a desigualdade social e a miséria se aprofundassem nesse período, havendo uma concentração de renda muito maior do que em outros períodos da história econômica do país.

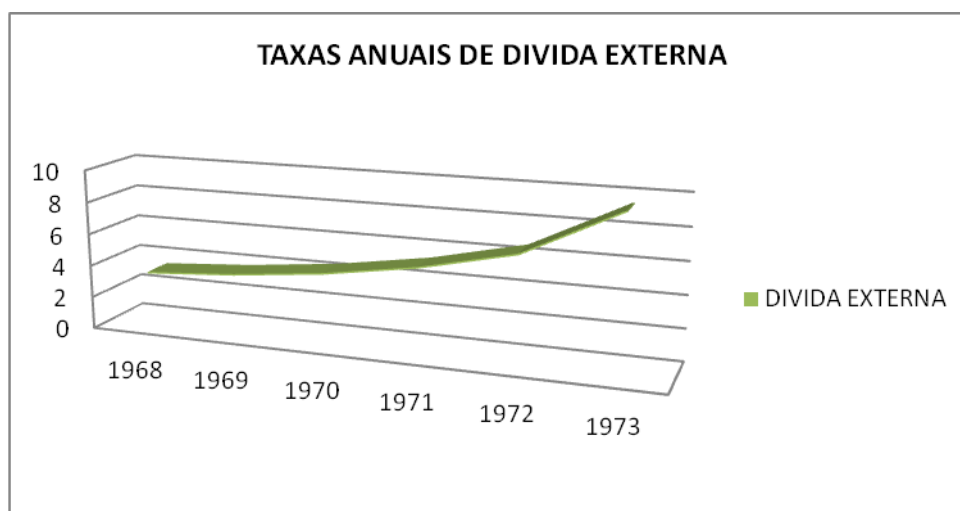
O então ministro Delfim Netto trazia uma explicação mais do que “esperançosa” para a concentração de renda do período ao afirmar que “É preciso aumentar o “bolo” (da renda nacional), para depois reparti-lo”. Essa época ficou conhecida como “arrocho salarial”, onde o salário mínimo baixou mais 15% entre 1967 e 1973.

Para Reis (2000) Apud Leão (2009), em face de um governo militar extremamente autoritário, houve durante todos esses anos uma diminuição das atividades sindicais e políticas, controlando a sociedade em geral e assim algumas variáveis econômicas como o salário e preços.

**Tabela 7 – Taxa anual de dívida externa**

<b>TAXA ANUAL DE DIVIDA EXTERNA (%)</b>	
<b>ANOS</b>	<b>DIVIDA EXTERNA</b>
<b>1968</b>	3,4
<b>1969</b>	3,8
<b>1970</b>	4,4
<b>1971</b>	5,3
<b>1972</b>	6,6
<b>1973</b>	9,5

Fonte: Leão (2009 p.36)

**Gráfico 7 – Taxa anual de dívida externa**

Fonte: Do autor com base nos dados da tabela 7

O período do milagre econômico só foi possível, segundo vários autores como Lacerda (2000), graças ao financiamento externo através de vultosas somas tomadas de empréstimo pelo governo brasileiro.

A dívida externa é uma das conseqüências das relações econômicas do país com o resto do mundo. Contabilmente, o estoque da dívida externa bruta é o resultado acumulado da parcela dos déficits em transações correntes não financiados pelo ingresso de capitais de risco ou pela redução das reservas internacionais do país (LACERDA, 2000, p. 113).

A dívida externa foi um dos grandes pontos de questionamento da sustentabilidade desse crescimento tão acelerado da economia brasileira nesse período, haja vista que, ainda que houvesse um incremento significativo na produção nacional, uma das graves conseqüências disso foi o grande buraco nas contas do endividamento externo.

Outra conseqüência grave, senão a pior delas foi o aumento no abismo social entre a classe mais rica e a classe mais pobre, visto que esse “milagre” não abriu espaço para a inclusão social, muito pelo contrário, era baseado na concentração de renda para poder dar certo.

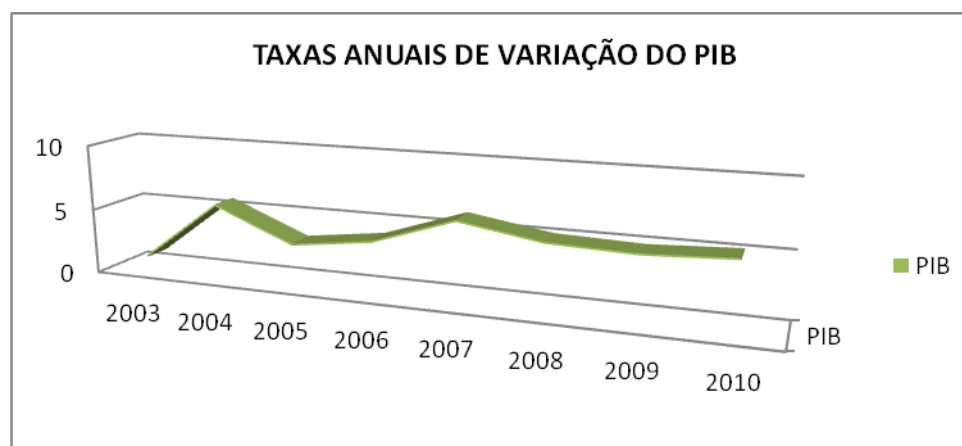
### 4.3 - Indicadores Sócio Econômicos do Governo Lula

**Tabela 8 – Taxa anual do PIB**

TAXA ANUAL DE VARIAÇÃO (%)	
ANOS	PIB
2003	1,1
2004	5,7
2005	3,2
2006	4
2007	6,1
2008	5,1
2009	4,9
2010	5,2

Fonte: Ministério da Fazenda – Economia Brasileira em Perspectiva (dados do M.T.E, IPEA, PNAD e IBGE consolidados)

**Gráfico 8 – Taxa anual do PIB**



Fonte: Do autor com base nos dados da tabela 8

O crescimento do PIB nos anos do governo Lula foi bem aquém do que era esperado, porém melhor do que nos anos anteriores. Em todo o período, o crescimento ficou em uma

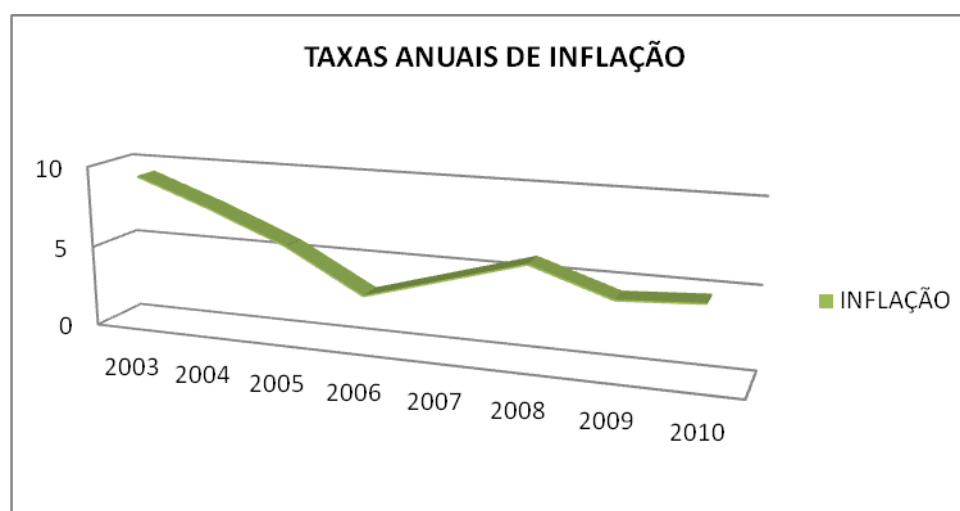
média de 4,4%, o que pode ser considerado um valor pequeno diante das expectativas de crescimento.

**Tabela 9 – Taxa anual de Inflação**

TAXA ANUAL DE INFLAÇÃO (%)	
ANOS	INFLAÇÃO
2003	9,3
2004	7,6
2005	5,7
2006	3,1
2007	4,5
2008	5,9
2009	4,3
2010	4,6

Fonte: Ministério da Fazenda – Economia Brasileira em Perspectiva (dados do M.T.E, IPEA, PNAD e IBGE consolidados)

**Gráfico 9 – Taxa anual de Inflação**



Fonte: Do autor com base nos dados da tabela 9

Vários são os autores que defendem a idéia de que uma inflação de dois dígitos seria justificável com um crescimento também de dois dígitos, porém, a ortodoxia na política

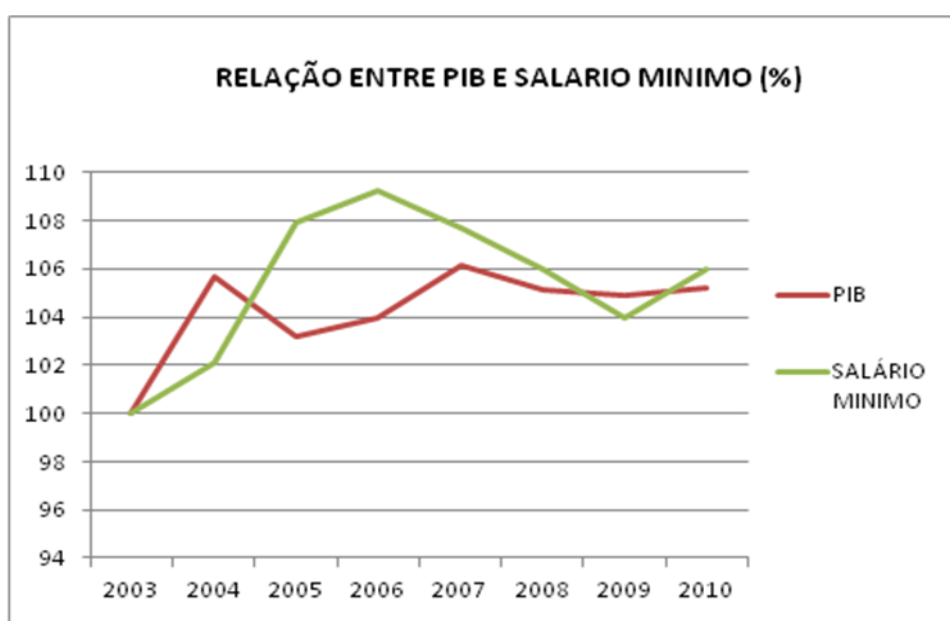
econômica manteve a inflação sob controle e fez com que as especulações sobre um possível descontrole nas contas ocasionado pela imaturidade do governo não passasse de mera especulação negativa.

**Tabela 10 – Relação entre PIB e Salário Mínimo**

<b>RELAÇÃO ENTRE PIB E SALARIO MINIMO (%)</b>		
<b>ANOS</b>	<b>PIB</b>	<b>SALÁRIO MINIMO</b>
<b>2003</b>	100,0	100
<b>2004</b>	105,7	102,1
<b>2005</b>	103,2	107,9
<b>2006</b>	104,0	109,2
<b>2007</b>	106,1	107,7
<b>2008</b>	105,1	106
<b>2009</b>	104,9	104
<b>2010</b>	105,2	106

Fonte: Ministério da Fazenda – Economia Brasileira em Perspectiva (dados do M.T.E, IPEA, PNAD e IBGE consolidados)

**Gráfico 10 – Relação entre PIB e Salário Mínimo**



Fonte: Do autor com base nos dados da tabela 10

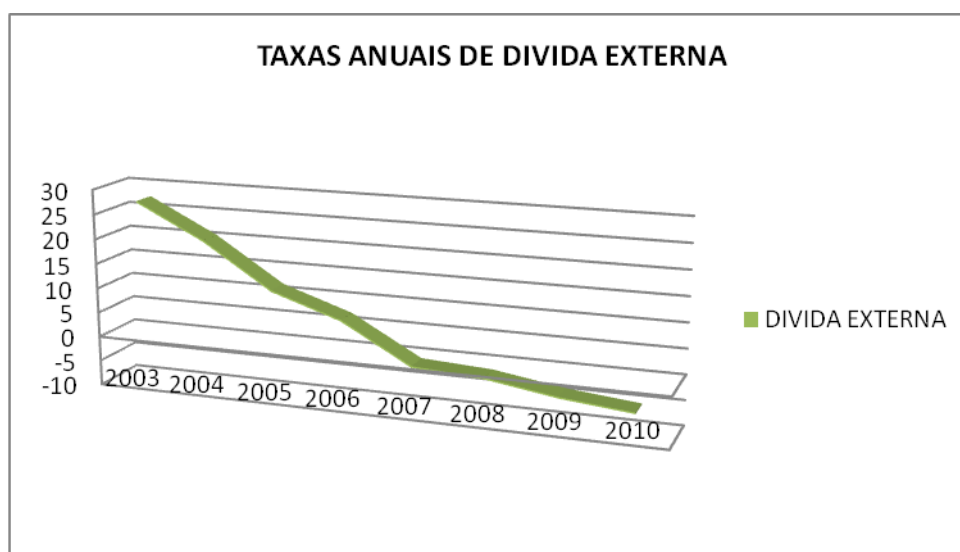
Ao contrario do que ocorreu na época do milagre econômico, o salário mínimo conseguiu ganhos acima do crescimento do PIB, havendo, pois uma recuperação do poder de compra e conseqüentemente uma melhoria generalizada no nível de consumo dos brasileiros.

**Tabela 11 – Taxa anual de Divida Externa**

<b>TAXA ANUAL DE DIVIDA EXTERNA (%)</b>	
<b>ANOS</b>	<b>DIVIDA EXTERNA</b>
<b>2003</b>	27,3
<b>2004</b>	20,4
<b>2005</b>	11,5
<b>2006</b>	6,9
<b>2007</b>	-0,9
<b>2008</b>	-1,7
<b>2009</b>	-3,9
<b>2010</b>	-5,3

Fonte: Ministério da Fazenda – Economia Brasileira em Perspectiva (dados do M.T.E, IPEA, PNAD e IBGE consolidados)

**Gráfico 11 – Taxa anual de Divida Externa**



Fonte: Grifo próprio baseado nos dados da tabela interior

Um dos destaques do governo Lula, que durante anos levantou a bandeira de moratória da dívida externa, foi a diminuição e praticamente extinção da dívida com os credores internacionais.

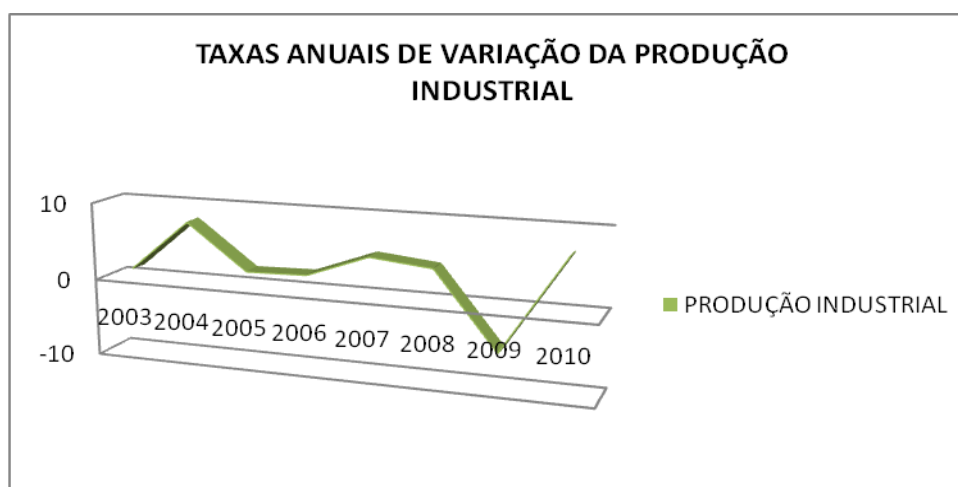
Essa tendência foi confirmada mais recentemente quando, pela primeira vez em toda a história do Brasil, passamos da condição de devedores para a condição de credores internacionais, haja vista que passamos a emprestar dinheiro para o FMI.

**Tabela 12 – Taxa anual de Produção Industrial**

TAXA ANUAL DE VARIAÇÃO (%)	
ANOS	PRODUÇÃO INDUSTRIAL
2003	1,3
2004	7,9
2005	2,1
2006	2,3
2007	5,2
2008	4,4
2009	-5,3
2010	7,1

Fonte: Ministério da Fazenda – Economia Brasileira em Perspectiva (dados do M.T.E, IPEA, PNAD e IBGE consolidados)

**Gráfico 12 – Taxa anual de Produção Industrial**



Fonte: Do autor com base nos dados da tabela 12

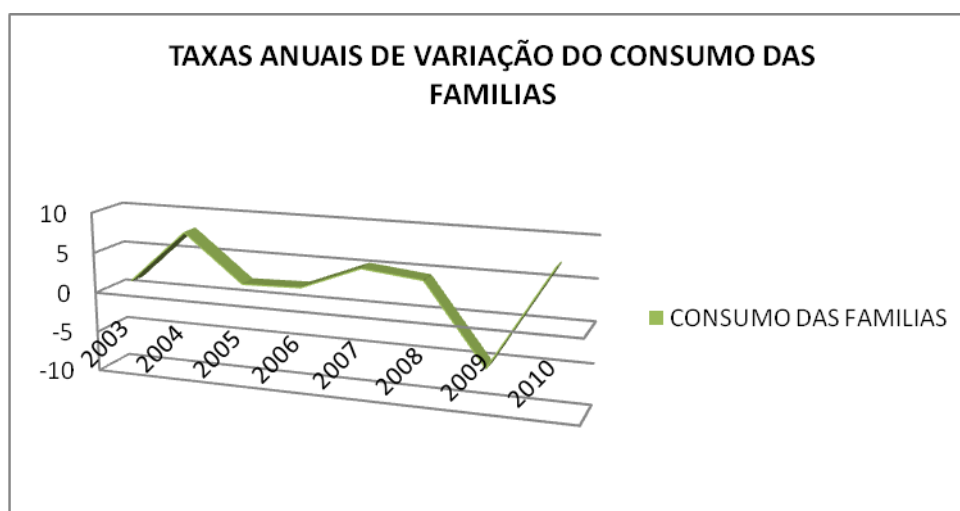
Assim como ocorreu com o PIB a produção industrial demonstrou um crescimento pífio, tendo inclusive decréscimos (como no ano de 2009), com uma recuperação no ano de 2010 que deve ser repetida no ano de 2011, impulsionada principalmente pela diminuição das alíquotas de impostos ligados à produção industrial e a um fortalecimento da moeda local, facilitando a importação de bens de capital e com isso melhorando a tecnologia da indústria local.

**Tabela 13 – Taxa anual de Variação do Consumo das Famílias**

TAXA ANUAL DE VARIAÇÃO (%)	
ANOS	CONSUMO DAS FAMILIAS
2003	-0,8
2004	3,8
2005	4,5
2006	5,2
2007	6,1
2008	7
2009	3,8
2010	6,1

Fonte: Ministério da Fazenda – Economia Brasileira em Perspectiva (dados do M.T.E, IPEA, PNAD e IBGE consolidados)

**Gráfico 13 – Taxa anual de Variação do Consumo das Famílias**



Fonte: Do autor com base nos dados da tabela 13

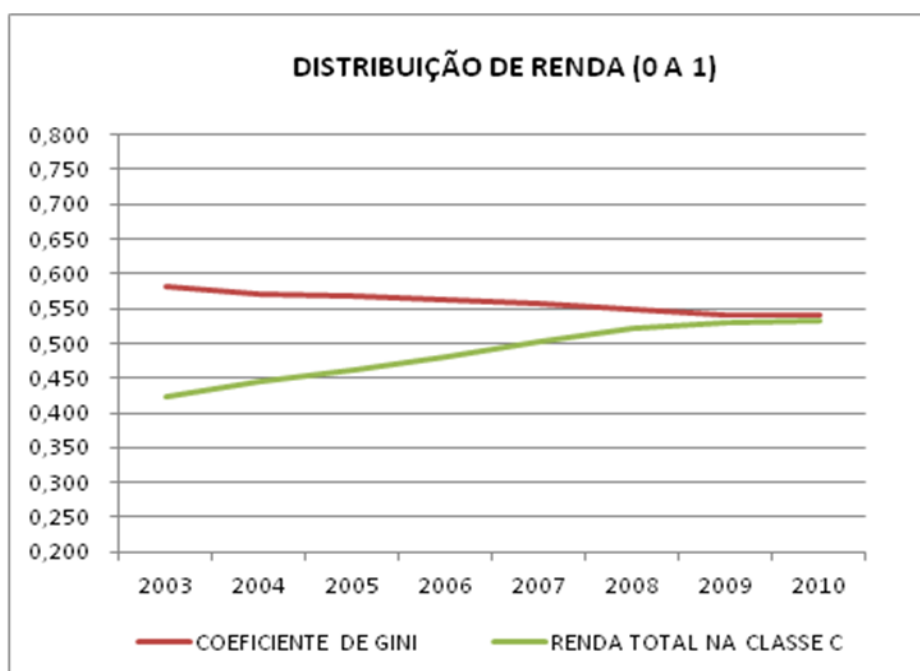
Conseqüência direta da melhoria do poder aquisitivo das famílias viabilizado através do incremento na renda. Confirmando a proposição de que famílias de baixa renda não possuem o habito de poupar, o incremento na renda através do aumento do salário mínimo foi a justificativa para esse aumento no consumo das famílias.

**Tabela 14 – Distribuição de Renda (variação entre 0 e 1)**

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA (0 A 1)		
ANOS	COEFICIENTE DE GINI	RENDA TOTAL NA CLASSE C
2003	0,583	0,42
2004	0,572	0,44
2005	0,569	0,46
2006	0,563	0,48
2007	0,556	0,50
2008	0,549	0,52
2009	0,542	0,53
2010	0,541	0,53

Fonte: Ministério da Fazenda – Economia Brasileira em Perspectiva (dados do M.T.E, IPEA, PNAD e IBGE consolidados)

**Gráfico 14 – Distribuição de Renda (variação entre 0 e 1)**



Fonte: Do autor com base nos dados da tabela 14

A tabela anterior mostra um índice de concentração de renda e, em outra coluna, o percentual da renda nas mãos da chamada classe média, ou classe c. O índice de GINI, que mede a concentração de renda, vai do **0** (nenhuma concentração) até o **1** (totalmente concentrado) e traz o percentual da renda concentrada nas mãos dos mais ricos.

Ao passo que a outra coluna, relativa a concentração da renda na classe c, varia em termos percentuais, tendo sido adotada também a numeração de **0** a **1** para uma melhor comparação com o índice de Gini.

Pela primeira vez na história, a classe c concentra mais da metade de toda a renda nacional, tendência essa confirmada pela queda no índice de Gini, confirmando a desconcentração de renda no país.

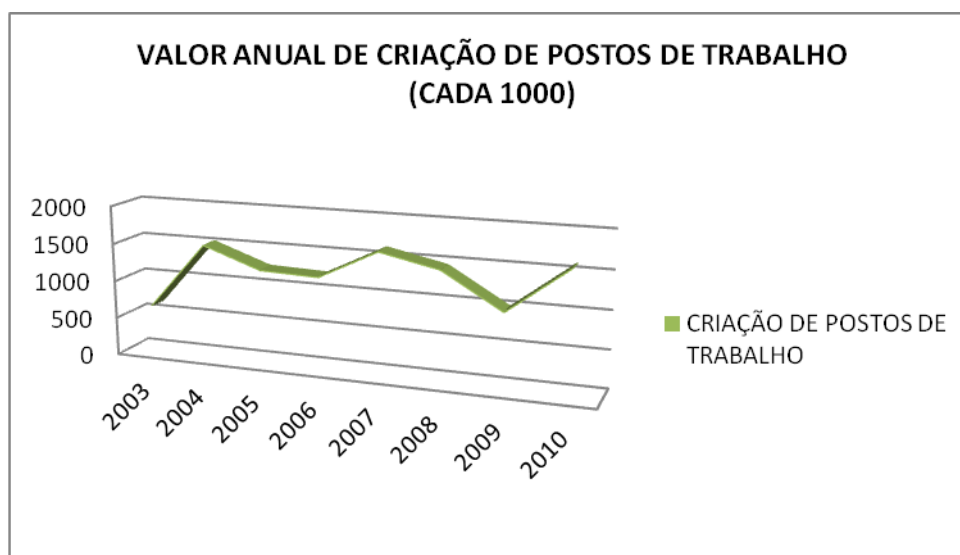
Esse é um dos indicadores que pode indicar uma situação de melhoria no desenvolvimento do país, uma vez que trata da renda da maior parte da população, tendo, pois um impacto direto no poder de compra e conseqüentemente na qualidade de vida da população.

**Tabela 15 – Criação de Postos de Trabalho (por mil)**

<b>VALOR ANUAL DE CRIAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO (CADA 1000)</b>	
<b>ANOS</b>	<b>CRIAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO</b>
<b>2003</b>	645
<b>2004</b>	1523
<b>2005</b>	1254
<b>2006</b>	1229
<b>2007</b>	1617
<b>2008</b>	1452
<b>2009</b>	995
<b>2010</b>	1600

Fonte: Ministério da Fazenda – Economia Brasileira em Perspectiva (dados do M.T.E, IPEA, PNAD e IBGE consolidados)

**Gráfico 15 – Criação de Postos de Trabalho (por mil)**



Fonte: Do autor com base nos dados da tabela 15

Um dos grandes destaques do governo Lula foi a geração de empregos. Foram quase dez milhões de empregos gerados nesses dois mandatos, representando um grande avanço nas condições de vida de grande parte da população.

Além disso, não foram somente postos de trabalhos novos que foram gerados. Houve também a formalização de empregos que já existiam mas que não possuíam vínculos formais, regularizando assim a situação de emprego de vários brasileiros que tiveram seus direitos assegurados.

**Tabela 16 – Indicador de Desenvolvimento Humano (PNUD)**

<b>INDICADOR DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (PNUD)</b>					
<b>ANOS</b>	<b>EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER</b>	<b>EXPECTATIVA DE ANOS DE ESCOLARIDADE</b>	<b>MEDIA DE ANOS DE ESCOLARIDADE</b>	<b>RNB PER CAPITA</b>	<b>IDH</b>
<b>2000</b>	70,1	14,5	5,6	7.698	0,665
<b>2005</b>	71,6	14,2	6,6	8.260	0,692
<b>2010</b>	73,1	13,8	7,2	9.812	0,715

Fonte: PNUD

O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH é um indicador convencionado mundialmente como sendo uma das formas de se medir o desenvolvimento humano em todos os países do mundo.

Esse índice, embora não possa definir com exatidão se há ou não desenvolvimento em determinado local, haja vista que não considera variáveis importantes como segurança e saneamento básico, traz algo bastante próximo ao que deve ser um mínimo de condições de vida digna.

Esse índice começou a ser medido em 1990, porém foi feita uma regressão nos valores até a medida de 1975, ou seja, não existe indicadores dessa natureza para os anos do milagre econômico.

O IDH segundo a tabela acima, vem apontando melhorias, porém ainda longe de ser o ideal, uma vez que ainda está em torno de 71,5%, ou seja, bem longe dos 100% que se tem como topo do desenvolvimento.

## **5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Crescimento e desenvolvimento econômico, conforme visto ao longo do trabalho são conceitos distintos e que não dependem um do outro, ainda que seja mais fácil haver desenvolvimento quando há um crescimento.

Todavia temos em vários períodos da história do Brasil, momentos de grande crescimento econômico e que não representaram períodos de desenvolvimento, muito pelo contrário, foram períodos de privações e de grande exclusão social.

O período do milagre econômico é um desses exemplos. Foi um período de crescimento intenso da economia, onde o PIB cresceu os índices de dois dígitos, entretanto, como o próprio ministro Delfim Netto defendia, foi um crescimento concentrado, de forma que se pretendia formar uma poupança interna, o que exigia que não houvesse uma distribuição de renda pois os “pobres não conseguiam poupar.”

Foi um período em que a economia avançou a passos largos, todos os indicadores apresentaram um crescimento considerável, com controle da inflação baseado em uma política de arrocho salarial que ocasionou várias perdas de poder aquisitivo ao longo dos anos do “milagre”.

Além disso, a grande disparidade que se pode citar na época do milagre foram as mazelas sociais que só se acumularam. Índices altíssimos de mortalidade infantil, saúde e educação precárias, poder aquisitivo muito baixo e grande exclusão social.

Já o governo Lula apresenta características bastante diferentes. Esse governo não vivenciou grandes índices de crescimento, até porque as ortodoxias de suas políticas não permitiam que isso ocorresse, no entanto, esse governo testemunhou grandes e consideráveis melhorias no campo social.

Conforme já dito antes, esperava-se muito mais desse governo, tanto pelos discursos inflamados quanto pelo fato de um partido de esquerda assumir o governo pela primeira vez, porém, a era “Lulinha paz e amor” como foi chamada pela mídia em geral, trazendo uma era de estabilidade, com alguns avanços no campo social e ascensão à classe média de grande parte da população pobre.

O fato é que enquanto o milagre econômico trouxe um ciclo expansionista impressionante com uma desigualdade de renda e exclusão sociais igualmente chocantes, o governo Lula apresentou um crescimento modesto, mas com uma melhoria no nível de vida bastante significativo comparado ao período do milagre econômico, deixando claro que o crescimento econômico não traz o desenvolvimento econômico a não ser que as políticas sejam direcionadas para tal.

No milagre econômico o crescimento tinha políticas direcionadas justamente para o contrario, esperando para “dividir o bolo apenas quando o mesmo crescesse”, o que gerou profundas desigualdades e exclusão social.

No caso da era Lula, a bandeira dos programas sociais eram prioridade, por isso, o crescimento econômico tímido, consequência da continuidade das políticas ortodoxas dos governos anteriores, acabou sendo colocado em segundo lugar, ainda que o desenvolvimento conseguido ainda esteja longe do ideal.

Em suma, o crescimento econômico desacompanhado do desenvolvimento acaba por perder o sentido, haja vista que só faz sentido um país enriquecer se seus cidadãos puderem desfrutar dos benefícios desse crescimento.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Marcelo P. **A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana – 1889-1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

BARBOSA, Nilmar de Oliveira. **PIB e Salário Mínimo no Milagre Econômico Brasileiro de 1968 a 1973. 2003**. Disponível em: <<http://www.anhanguera.edu.br/>>. Acesso em: 19 dez. 2011.

BRASIL. Ministério do Planejamento. IPEA. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. Copyright, 1998.

FURTADO, Celso. **Não à recessão e ao desemprego**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1983.

FILGUEIRAS, L. **Economia brasileira: as Fragilidades estruturais permanecem**. Revista Bahia Análise e Dados, Salvador, v. 10, n. 3, 2000.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da terra**. São Paulo: Peirópolis, 2000 (Série Brasil cidadão).

GONÇALVES, Reinaldo. **O Brasil e o comércio internacional: transformações e perspectivas**. São Paulo: Contexto, 2000.

MARTINELLI, D. P.; JOYAL, A. **Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas**. Barueri, SP: Manole, 2004.

LACERDA, Antônio Corrêa de. **Economia Brasileira**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

LANZANA, A. E. T. **Economia Brasileira**. 2ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002, 196p.

LEÃO, Thiago Dias Ferreira - **O “Milagre Econômico” Brasileiro: Estratégias Governamentais para o Desenvolvimento Econômico e Controle Inflacionário Brasileiro, de 1968 a 1973** - Universidade Federal do Espírito Santo – Ufes – Vitória, 2009

LEMOS, José de Jesus Sousa - **Mapa da exclusão social no Brasil: radiografia de um país assimetricamente pobre** (Segunda Edição Revisada e Atualizada) – Fortaleza, 2008

OLIVEIRA, G. B. de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. Revista da FAE. Curitiba, v.5,n.2, p.37-48, maio/ago.2002.

PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M. A. S. de. **Manual de economia**. 3.ed. rev. ampl. São Paulo: Saraiva, 1998.

REZENDE, F. A. **Finanças públicas**. 2ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2001, 382p.

RIANI, F. **Economia do setor público: uma abordagem introdutória**. 4ª ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2002, 296p.

RIVERO, O. de. **O mito do desenvolvimento: os países inviáveis no século XXI**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

SANDRONI, P. **Novíssimo dicionário de economia**. 11. ed.. São Paulo: Best Seller, 2002.

SCHUMPETER, J.A. **A Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1997

SINGER, H.; ANSARI, J. **Países ricos e países pobres**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos. 1979.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Atlas, 1995

VECCHIATT, Karin. **Três fases rumo ao desenvolvimento sustentável: do reducionismo à valorização da cultura. 2004**. São Paulo: São Paulo em Perspectiva, 2004.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BC). Brasília (DF): BC, **vários documentos disponíveis** em [www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br). Acessados em Agosto e Setembro de 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Comunicado da Presidência n.30**. Brasília (DF): IPEA, setembro de 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Comunicado do IPEA n.62**. Brasília (DF): IPEA, dezembro de 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE; **Várias Publicações - dezembro de 2011**.